



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA
AMAZÔNIA**

**TECNOLOGIA ASSISTIVA - TÉCNICA DE COMUNICAÇÃO NO PROCESSO
DE RECONHECIMENTO DE CEGOS EM MANAUS**

**MANAUS/AM
2019**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA
AMAZÔNIA**

TÁSSIA PATRÍCIA SILVA DO NASCIMENTO

**TECNOLOGIA ASSISTIVA - TÉCNICA DE COMUNICAÇÃO NO PROCESSO
DE RECONHECIMENTO DE CEGOS EM MANAUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Gláucio Campos Gomes de Matos

**MANAUS/AM
2019**

N244t Nascimento, Tássia Patricia Silva do
Tecnologia assistiva : técnica de comunicação no processo de reconhecimento de cegos em manaus / Tássia Patricia Silva do Nascimento. 2019
95 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Gláucio Campos Gomes de Matos
Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Acessibilidade. 2. Cego. 3. Comunicação. 4. Políticas Públicas
. I. Matos, Gláucio Campos Gomes de II. Universidade Federal do
Amazonas III. Título

TÁSSIA PATRICIA SILVA DO NASCIMENTO

**TECNOLOGIA ASSISTIVA - TÉCNICA DE COMUNICAÇÃO NO PROCESSO
DE RECONHECIMENTO DE CEGOS EM MANAUS**

BANCA EXAMINADORA

Professor Gláucio Campos Gomes de Matos (Presidente)

Professora Doutora Artemis de Araújo Soares (Membro)

Professor Doutor Djalma da Paz Gomes (Membro)

Dedico a minha família, pai, mãe, Irmão e Tia iaiá, meus dogs, Lulu, Preta, Vini, Nárnia, Lupita, Babi, Tutu e Silvestre, que me proporcionaram todo o apoio e amor para alcançar mais essa vitória.

Aos meus avós, Maria Garcia Soares da Silva e José Odorico da Silva (in memoriam) que sempre foram minha luz e alma, durante a vida e lida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Orientador, Dr. Glaucio Campos Gomes de Matos, pela grande paciência e confiança. Obrigada por não ter desistido de mim.

Ao Professor Dr. Nelson Matos de Noronha, pelas orientações iniciais que encaminharam no desenvolvimento desse trabalho e pela grande compaixão que teve por mim, serei eternamente grata.

Aos coordenadores e equipe dos locais de pesquisa, (Núcleo de Tecnologia Assistiva - APOEMA) e (Biblioteca Braille), que foram fundamentais para a conclusão com êxito da nossa pesquisa.

A Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, Dr^a Iraíldes Caldas Torres, por todo apoio e carinho durante essa temporada de pesquisa.

Pela Professora Dr^a Artemis de Araújo Soares, pela solidariedade e carinho manifestada a mim em nossa última conversa, obrigada de coração.

Ao meu grande amigo e secretário do PPGSCA, Johnny Menezes, por sempre me ajudar e proporcionar todo o auxílio com as demandas do mestrado.

As minhas amigas do mestrado, Juliane Leite, Taniamara Quiroz, Gisele Bahia, Maria Alana e Andreza Linda, por serem minha fortaleza. Sem sombra de dúvida, vocês foram peça fundamental nessa minha caminhada.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM, que custeou os meus estudos com uma bolsa, durante meus dois anos de curso, dessa forma, consegui concluir com satisfação essa pesquisa.

Aos meus professores e amigos do IFAM, no qual descobri uma grande família que sempre me senti abraçada e acolhida.

RESUMO

Diante do grande número de pessoas com deficiência em Manaus, segundo o último relatório de abrangência de 2016, da Secretaria de Estado dos direitos da pessoa com deficiência – SEPED, existem cerca de 23 mil pessoas com deficiência no município, as quais ainda possuem os seus direitos adquiridos pela Constituição, tornam-se imprescindíveis algumas reflexões a respeito do tema em questão. A investigação sobre a tecnologia assistiva por meio de livros tem grande relevância no âmbito social, pois pretende preencher possíveis lacunas existentes no processo de integração da pessoa com deficiência no contexto comunicacional educativo, com vistas a promover a efetiva inclusão social. Diante desse contexto e, conforme se pretende abordar e demonstrar no presente e em diferentes estudos, a Tecnologia Assistiva vem se tornando, crescentemente, um fundamental instrumento de nossa prática pedagógica e sua utilização um meio concreto de interação e inclusão, é sumamente relevante, para o processo de apropriação do indivíduo em relação as facetas da sociedade. Há uma importância da linguagem e dos processos interativos, na construção das estruturas sociais. Mas limitações da pessoa com deficiência visual/cego tendem a tornar-se uma barreira. Desenvolver recursos de acessibilidade, a chamada Tecnologia Assistiva, seria uma maneira concreta de minimizar as barreiras. Dessa forma, como metodologia para o desenvolvimento desse trabalho utilizamos entrevistas semiestruturadas abertas com núcleos responsáveis pela concepção da tecnologia assistiva para cegos/pessoa com deficiência visual em Manaus, além da pesquisa bibliográfica. Esse estudo também é importante para o entendimento do assunto em nossa região, tendo em vista que a cidade de Manaus apresenta poucos vestígios dessa prática, que é um assunto pertinente já que precisamos disseminar nossos valores culturais para todos os indivíduos sendo eles com ou sem deficiência. Tal pesquisa traz, ainda, contribuições para o meio acadêmico, pois tem o propósito de esclarecer pontos relevantes sobre os contextos comunicacionais de um grupo específico da sociedade, proporcionando novas informações e contribuindo para futuros estudos do tema em questão. Como resultados, notamos a presença de um instrumento fundamental para a compreensão simbólica dos atores envolvidos e de alguns fatores que por meio das vozes dos entrevistados são fundamentais para as concepções finais da pesquisa.

Palavras-Chave: Acessibilidade. Pessoa com Deficiência visual. Políticas Públicas Inclusiva. Cego. Comunicação.

ABSTRACT

In view of the large number of people with disabilities in Manaus, according to the most recent coverage report of 2016, the Secretary of State for the Rights of Persons with Disabilities (SEPED), there are about 23 thousand people with disabilities in the municipality, who still have their rights acquired by the Constitution, some reflection on the subject in question becomes indispensable. Research on assistive technology through books has great relevance in the social sphere, as it seeks to fill possible gaps in the process of integrating the disabled in the educational communication context, with a view to promoting effective social inclusion. Given this context, Assistive Technology has increasingly become a fundamental instrument of our pedagogical practice and its use as a concrete means of interaction and inclusion, as it is intended to be addressed and demonstrated in the present and in different studies, is extremely relevant for the process of appropriation of the individual in relation to the facets of society. There is an importance of language and interactive processes, in the construction of social structures. But limitations of the blind / visually impaired person tend to become a barrier. Developing accessibility features, called Assistive Technology, would be a concrete way of minimizing barriers. Thus, as methodology for the development of this work, we used open semi-structured interviews with nuclei responsible for the design of assistive technology for the blind in Manaus, in addition to bibliographic research. This study is also important for the understanding of the subject in our region, considering that the city of Manaus presents few vestiges of this practice, which is a pertinent subject since we need to disseminate our cultures values for all the individuals being they with or without disability . This research also contributes to the academic environment, since it aims to clarify relevant points about the communication contexts of a specific group of society, providing new information and contributing to future studies of the subject in question. As results, we note the presence of a fundamental instrument for the symbolic understanding of the actors involved and of some factors that through the interviewees' voices are fundamental for the final conceptions of the research.

Keywords: Accessibility. Visually impaired person. Inclusive Public Policies. Blind. Communication.

SUMÁRIO

SEÇÃO I.....	23
2.A DEFICIÊNCIA E SUAS EXPRESSÕES SOCIAIS NA HISTÓRIA	23
SEÇÃO II.....	31
3.DIREITOS E GARANTIAS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL POR MEIO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA.....	31
3.1. Panoramas sobre a Pessoa com Deficiência na Legislação Brasileira ..	31
3.2. Marcos sobre a evolução legislativa brasileira a partir da nova Lei de Inclusão	33
3.3. Questões pontuais sobre o direito à acessibilidade	36
3.4. Sobre as tecnologias assistivas e a comunicação inclusiva.....	38
3.5. Grupos sociais e formação da identidade.....	42
3.6. Identidade social e a deficiência.....	45
SEÇÃO III.....	48
4.TECNOLOGIA ASSISTIVA NA COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO DE CEGOS/PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL	48
4.1. Definições.....	48
4.2. Núcleo de tecnologia assistiva - APOEMA.....	50
4.3. Biblioteca braille de Manaus	51
4.4. Tecnologia assistiva para a promoção da comunicação inclusiva	52
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
6.REFERÊNCIAS.....	65
7.APÊNDICES	73
8.ANEXOS	78

LISTA DE SIGLAS

DV	Deficiência Visual
APOEMA	Núcleo de Tecnologia Assistiva
IFAM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
PCD	Pessoa com Deficiência
CORDE	Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
ONU	Organização nas Nações Unidas
OMS	Ministério da Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SEDH/PR	Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
CAT	Comitê de Ajudas Técnicas
TA	Tecnologia Assistiva

Uma sociedade que exclui uma parte de seus membros é uma sociedade empobrecida. As ações que melhoram as condições para as pessoas com deficiência resultarão em se projetar em mundo flexível para todos. O que for feito hoje em nome da questão da deficiência terá significado para todos no mundo de amanhã.

(Declaração de Madri, 2003)

1. INTRODUÇÃO

Existe uma parcela da população que não possui acesso a instrumento de comunicação, as tecnologias assistivas, isto é, as Pessoas com Deficiência, mais precisamente, pessoas com deficiência visual - DV, pois a inclusão social ainda é vista por grande parte da sociedade como uma oportunidade, e não como um dever ou direito.

Observa-se que a questão da acessibilidade vem se movimentando para uma melhor inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. Inclusão social trata-se do acesso a bens e serviços socialmente constituídos e que muitas vezes não dadas às devidas atenções. As demandas por inclusão social são muito mais críticas, pois a estrutura da sociedade atual atende, em parte, às necessidades de pessoas que não possuem algum tipo de deficiência. Dessa forma, Sasaki (2003) diz que Inclusão social é o processo pelo qual a sociedade se adapta para que possa incluir pessoas e grupos em seus sistemas sociais.

Sendo assim, enfatiza-se que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]”. É o que determina a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 5º, O princípio da igualdade de direitos. A comunicação humana serve de base para o relacionamento, à integração das pessoas na sociedade e a integridade do desenvolvimento emocional e cognitivo de todo ou qualquer indivíduo. Os recursos de comunicação alternativa são meios utilizados por pessoas com deficiência para interagir e se integrar à sociedade.

Sabemos que segundo a história, as pessoas com deficiência estão envolvidas dentro das esferas sociais uma segregação e as vezes um contexto até de exclusão. No entanto, a legislação das políticas de inclusão, exigem que as instituições de ensino repensem suas concepções de ensino e aprendizagem, bem como os seus paradigmas comunicacionais. Esse contexto impulsiona a busca de novas possibilidade de ferramentas inclusivas dentro das esferas da comunicação. Outro aspecto a destacar diz da necessidade de

desenvolvimento de uma cultura de inclusão, que pode envolver também às demandas dos excluídos, mas também a formação de uma consciência coletiva de inclusão social.

Norbert Elias (2000), que ao analisar o processo social que se instala na sociedade, traz para reflexão a análise sociológica no que diz respeito à constituição e às relações sociais existentes nesse processo. Argumenta que, mesmo variando muito a natureza das fontes de poder em que se fundamentam a superioridade social e o sentimento de superioridade humana do grupo estabelecido em relação ao grupo de fora, mostram em muitos contextos diferentes, características comuns e constantes.

Este estudo propõe colocar em pauta esse assunto, com ênfase na tecnologia assistiva utilizada para tal fenômeno, tendo os livros acessíveis como ferramenta analisada. De acordo com o artigo 205º da Constituição Federal do direito a todos à educação, esta deve visar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania, conceitos simbólicos culturais e sua qualificação para o trabalho, e isso se dá a partir de alternativas comunicacionais capacitadas para o entendimento da Pessoa com Deficiência em questão.

O estudo se desenvolveu a partir de dois eixos, o primeiro resulta da maior participação dessa parcela da população no que diz respeito ao acesso às tecnologias assistivas, e o segundo são soluções potenciais que geram inclusão na comunicação para as pessoas com deficiência visual.

Para nos gerar maior fortificação do cenário desenvolvido pela pesquisa, trabalhamos com três categorias de análise: Tecnologia Assistiva; Comunicação Inclusiva e Reconhecimento Social, no qual nos garantem uma maior familiaridade e especificidade com a temática.

A cidadania para as minorias inicia-se pelo acesso democrático aos meios de comunicação. Ou seja, se trata da necessidade de ambientes mais favoráveis ao acesso à informação, ao consumo e esclarecimento de serviços, criando uma comunicação direta e efetiva.

A Organização Mundial da Saúde (2012) relata que a maior concentração de pessoas cegas está em países subdesenvolvidos, como o Brasil. A Mesma acredita que o número de deficientes visuais corre o grande risco de aumentar no mundo até 2020, por conseguinte hoje se tem mais de 46 milhões de

peças com cegueira permanente e 314 milhões que possuem limitação na visão, as peças com deficiência visual.

A Pessoa com deficiência participa consideravelmente do mercado de consumo, e na maioria das vezes demonstra ser independente financeiramente, a cada geração aumentando seu rendimento e sua parcela no mercado de trabalho.

Quanto mais a pessoa com deficiência estiver num ambiente que lhe restrinja a mobilidade, a comunicação, o acesso à informação e os bens sociais para uma vida plena e autônoma, mais vai encontrar-se numa situação de desvantagem.

O governo brasileiro toma medidas para que a inclusão seja mais efetiva, no entanto, é necessária uma fiscalização maior para que instituições privadas cumpram um papel social no país, favorecendo uma parcela grande que ainda é tratada como minoria. Dessa forma, a cidadania para as peças com deficiência torna-se possível pelo acesso democrático e autônomo aos meios de comunicação.

Diferente da segregação que separa em seguimentos os indivíduos, a inclusão busca reeducação ou a neutralização, com o intuito de eliminar barreiras, por meio de novos recursos tecnológicos, sugerindo uma vida independente e inclusiva.

Nessa pesquisa, buscamos direcionar a dois núcleos localizados na cidade de Manaus – AM. O primeiro deles é o Núcleo de Tecnologia Assistiva (APOEMA), diretamente vinculado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM). Ele desenvolve materiais adaptados (livros) com o intuito de tornar mais acessível a pessoa com deficiência o manuseio e a interpretação desses matérias. As ferramentas comunicacionais inclusivas utilizadas nesses materiais são: Audiodescrição, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), Legenda, entre outros, cada um dependendo das suas especificidades.

O segundo Núcleo é a Biblioteca Braille de Manaus, diretamente vinculada a secretaria de cultura do estado do Amazonas. Diferente do APEMA, a biblioteca trabalha com Materiais (livros) voltados especificadamente para peças cegas, e todas as suas ferramentas comunicacionais inclusivas são voltadas para esse público, como: Audiodescrição, legenda, alto-relevo, entre outras.

Desse modo, essa pesquisa tem como objetivo geral, Explicitar como são empregadas as tecnologias assistivas para pessoas com deficiência visual/cegos nos núcleos, APOEMA e Biblioteca Braille na cidade de Manaus –AM. E os objetivos específicos de descrever os aspectos da deficiência e suas condicionalidades na história; Apresentar as técnicas das tecnologias assistivas mediante ao aspecto comunicacional inclusivo; verificar como se apresenta por meio dos núcleos a aplicação das tecnologias assistivas dos materiais (livros) para pessoas com deficiência visual/cegos.

Quando a metodologia.

Quanto à natureza da pesquisa

A pesquisa, sob o ponto de vista de sua natureza, classifica-se como pesquisa básica, pois objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da ciência, sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais (SILVA, 2004). Difundir o conhecimento não-científico, saberes sobre tecnologia assistiva e suas particularidades, bem como sua relação para a otimização de materiais e processo, provendo a autonomia dos sujeitos dessa pesquisa. Construindo assim; uma maior e melhor percepção da necessidade de adaptação da pessoa com deficiência ao meio e aplicação de soluções pertinentes para sua vida independente.

Quanto à forma de abordagem

Sob o ponto de vista da abordagem do problema, classifica-se a pesquisa como pesquisa qualitativa, pois não se preocupa com representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Este termo qualitativo “implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível” (CHIZZOTTI, 2003, p. 221).

Na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. Não quantificando os valores e as trocas simbólicas nem se

submetendo à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. Nesse caso, as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador. Na análise dos dados coletados, não há preocupação em comprovar hipóteses previamente estabelecidas, porém estas não eliminam a existência de um quadro teórico que direcione a coleta, a análise e a interpretação dos dados.

Segundo Triviños (1987), a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. O uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências. Captar a essência da tecnologia assistiva (suas práticas, representações, conhecimentos...), bem como as influências no processo de comunicação e sua interação com a pessoa com deficiência visual/cego.

Quanto aos objetivos/fins da pesquisa

A pesquisa, sob o ponto de vista de seus objetivos, classifica-se como pesquisa exploratória, pois tem como finalidade proporcionar uma maior familiaridade com o problema, ou seja, mais informações sobre o assunto – A tecnologia assistiva na comunicação de cego/pessoa com deficiência visual em Manaus. A pesquisa exploratória possui planejamento flexível, o que permite o estudo do tema sob diversos ângulos e aspectos, em geral, o levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e a análise de exemplos que estimulem a compreensão, Prodanov e Freitas (2013, p. 52).

A pesquisa envolve: levantamento bibliográfico, entrevistas com os coordenadores e pessoas com deficiência visual/cego (tiveram contato com os livros tecnológicos) e análise de exemplos (tecnologia assistiva dos livros) que estimulem a compreensão (GIL, 2007). O estudo da literatura, a entrevista e a exploração dos livros darão as contribuições para a verificação e compreensão

da relação da comunicação alternativa e a tecnologia assistiva como propulsor de um estímulo eficaz para a estimulação da comunicação.

Quanto à escolha da amostra

a) Locais de Pesquisa (universo da pesquisa)

A pesquisa foi realizada em duas instituições situadas na cidade de Manaus-AM no que compreendeu as entrevistas com os coordenadores e cego/pessoa com deficiente visual. As instituições compreendem:

- 1) Núcleo de Tecnologia Assistiva - APOEMA, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM (Localizada na Av. sete de setembro, 1975 - centro, Manaus - AM).
- 2) Biblioteca Braille do Amazonas, Secretaria de Cultura (Localizada na Av. Pedro Teixeira, 2565, Dom Pedro, Bloco C, Centro de Convenções - Sambódromo).

A amostra será dividida em duas técnicas de estudo. Será feito o estudo por meio da pesquisa bibliográfica e entrevistas.

b) Os entrevistados (amostra):

Sabe-se que em Manaus apenas duas instituições trabalham com a tecnologia assistiva (livros assistivos) com foco nas pessoas com deficiência visual/cego. Dessa forma, como os sujeitos participantes da pesquisa, os dois coordenadores desses projetos situados nas instituições, residentes na cidade de Manaus-AM, que têm contato direto com o processo de criação dessa tecnologia assistiva e que estudaram/estudam com profundidade essa temática.

A importância das entrevistas para a pesquisa surge da necessidade de manter um contato direto com estudiosos sobre a tecnologia assistiva, além de informações desejadas, alguma coisa mais sobre a visão dos coordenadores sobre os saberes da temática, e possíveis constatações que só a conversa pessoal pode oferecer.

Em resumo participaram da pesquisa por meio da entrevista semi-estruturada aberta os dois coordenadores, sendo um de cada núcleo. E cinco

pessoas com deficiência visual/cegos que tiveram contato direto com os núcleos e/ou usufruíram dos materiais (livros).

Critérios de inclusão

Indivíduos com idade a partir de 18 anos, cegos/deficiência visual, coordenadores dos projetos, desde que frequentem e/ou trabalhem no local da pesquisa e estejam diretamente relacionados à prática da tecnologia assistiva, residentes na cidade de Manaus - AM, que aceitem participar da pesquisa e que assinem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Critérios de exclusão

Crianças e adolescentes com idade inferior a 18 anos devida a exigência legal por não possuírem autonomia para assinarem o TCLE, porém isso não impede que a criança apareça por meio de relatos de adultos. Serão excluídos cegos/deficientes visuais que possuam simultaneamente outro tipo de deficiência. Serão também excluídos pesquisadores, residentes ou não em Manaus, que são comprometidos com as tecnologias assistivas e processos de aprendizagem que não sejam os próprios cegos/deficientes visuais. E adultos cegos/deficientes visuais que residentes em Manaus que não aceitem participar da pesquisa e que não assinem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

c) Entrevistas

A entrevista “permite a captação imediata e corrente da informação desejada praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos” Lüdke e André (1986. p. 34). Entrevista semi-estruturada com questões abertas, que se caracteriza pela preparação de um roteiro de temas em forma de tópicos, com o intuito de conduzir o diálogo permitindo ao entrevistado o máximo de liberdade.

Entrevista realizada provavelmente na própria instituição, ou em um local escolhido por ele próprio de modo a criar um ambiente amistoso para a entrevista e que o deixe o mais à vontade possível para dialogarmos a respeito do tema. As respostas serão anotadas no momento da entrevista e, para maior fidelidade e veracidade das informações, o uso de um gravador é necessário, como também o registro da imagem do participante no momento da entrevista por meio da captura fotográfica por meio de máquina digital. Para isso é preciso que o sujeito concorde com a sua utilização.

As entrevistas completam as leituras realizadas por meio do estudo da literatura. Elas permitem ao pesquisador tomar consciência dos aspectos da questão que sua própria experiência e suas leituras não puderam evidenciar. As entrevistas ou observações exploratórias podem preencher essa função quando não são muito diretivas, pois o objetivo não consiste em validar as ideias preconcebidas do pesquisador, mas em encontrar outras ideias (Quivy e Campenhoudt (1995, p. 44).

Procedimentos para a recolha das informações

As técnicas de coleta de dados são um conjunto de regras ou processos utilizados por uma ciência, ou seja, corresponde à parte prática da coleta de dados (GIL; LAKATOS; MARCONI, 2001). Elege-se na pesquisa, como coleta de dados, o emprego das técnicas a pesquisa bibliográfica, a observação dos locais selecionados e a entrevista.

Quanto aos procedimentos técnicos, ou seja, a maneira pela qual obtemos os dados necessários para a elaboração da pesquisa, define-se para esse delineamento as fontes de papel (pesquisa bibliográfica) e aqueles cujos dados são fornecidos por pessoas (entrevista) (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54).

Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica, considerada uma fonte de coleta de dados secundária, pode ser definida como: contribuições culturais ou científicas realizadas no passado sobre um determinado assunto, tema ou problema que possa ser estudado (GIL; LAKATOS; MARCONI, 2001; CERVO; BERVIAN, 2002).

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

A pesquisa bibliográfica por meio de fontes e materiais já publicados como: livros, artigos, jornais, dissertações, ensaios, monografias, teses, internet. Juntamente com a entrevista e a observação das tecnologias assistivas (livros), a pesquisa bibliográfica será o suporte no estudo da historicidade dos processos, vivências do sujeito em questão se faz necessário para, posteriormente, analisar as influências do uso adequado dos materiais e tecnologias que se adequem ao processo de aprendizagem.

Pesquisa de campo

A pesquisa de campo foi utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, que queiramos comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes, para analisá-los. A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas (FONSECA, 2002).

A pesquisa de campo foi realizada de julho a outubro de 2018. Durante esse período foi realizada:

Entrevista

Segundo Cervo e Bervian (2002), a entrevista é uma das principais técnicas de coletas de dados e pode ser definida como conversa realizada face a face pelo pesquisador junto ao entrevistado, seguindo um método para se obter informações sobre determinado assunto.

De acordo com Gil (1999), a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas nas pesquisas sociais. É bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam e desejam, assim como suas razões para cada resposta. Entrevista aberta e semi-estruturada, que se caracteriza pela preparação de um roteiro elaborado com antecedência com os temas em forma de tópicos, com o intuito de conduzir o diálogo permitindo ao entrevistado o máximo de liberdade.

Buscamos demonstrar alternativas de tecnologia assistiva no processo de comunicação da pessoa com deficiência visual, mostrando beneficiar a formação desses indivíduos, valorizando e respeitando os aspectos culturais, sociais, além da pluralidade do pensamento social amazônico, uma vez que essa mediação pode ser considerada como Educação Inclusiva, apesar de utilizar características interdisciplinares envolvendo a tecnologia, mas que possui aspectos lineares, assim como o ensino da valorização da acessibilidade. Esta pesquisa vem sendo desenvolvida de maneira interdisciplinar no campo das ciências humanas e sociais, estabelecendo um diálogo com diferentes saberes sobre a educação e comunicação inclusiva e sua relação com a tecnologia.

Nesta perspectiva, o presente estudo está estruturado da seguinte maneira:

Seção I – Nesse primeiro momento a intenção é verificar por meio de um contexto macrossocial a inserção da pessoa com deficiência na sociedade e durante na história, analisando suas condicionalidades.

Seção II – Nesse segundo momento, a intenção foi fazer um levantamento da literatura, bem como na legislação para compreender que de que forma

houve os avanços para uma maior otimização dos avanços legislativos da pessoa com deficiência, e seus parâmetros entre a comunicação inclusiva.

Seção III – No terceiro momento, a intenção principal foi analisar os núcleos propostos pela pesquisa, em relação ao comprimento da inserção da comunicação inclusiva nas obras, bem como identificar os fatores de reconhecimento social da própria pessoa com deficiência visual.

Vê-se, contudo, que a tecnologia assistiva dos livros é um importante recurso que permite não só informação, mas, sobretudo, igualdade de condições às pessoas que possuem alguma limitação, especialmente aos deficientes visuais. É uma ferramenta capaz de materializar alguns dos direitos a todos garantidos constitucionalmente, a exemplo do direito de ir e vir, do direito à liberdade, ao lazer e à informação, entre tantos outros.

SEÇÃO I

2. A DEFICIÊNCIA E SUAS EXPRESSÕES SOCIAIS NA HISTÓRIA

Para que possamos analisar a evolução do processo de inclusão das pessoas com deficiência e conhecer as diferentes formas de como a sociedade as tem percebido, em cada época, supõe-se o entendimento de que a visão sobre a deficiência é social e historicamente construída. Isso significa dizer que, em cada momento histórico, ela foi vista de uma determinada maneira, dependendo da cultura, do acesso às informações, crenças, convicções e entendimentos.

Diante disso, iremos nos dedicar nesse primeiro momento a estudar a deficiência através da história - concepções, paradigmas, exclusão, inclusão, conquistas e retrocessos - desvelando e incitando questões que, na maioria das vezes, não são consideradas pela sociedade.

Ao perceber esse universo de informações, constata-se que, na antiguidade, as pessoas com deficiência não eram sequer consideradas seres humanos, sendo rejeitadas pela sociedade (Corrêa,2005). Como bem coloca Aranha (2008, p. 12), “a deficiência, nessa época, inexistia enquanto problema, sendo que às crianças que apresentavam deficiências imediatamente detectáveis, a atitude adotada era a da ‘exposição’, ou seja, o abandono ao relento, até a morte”.

Em países como a Grécia, o culto ao corpo levava os deficientes a serem sacrificados ou escondidos. Desse modo, Esparta em particular, por volta do século IV A.C, as crianças com deficiência física ou mental, consideradas subumanas, eram abandonadas, eliminadas ou lançadas em precipícios. Na capital, quando uma criança ao nascer apresentava alguma deficiência cabia ao próprio pai exterminá-la (Corrêa,2005).

Os romanos no início da Era Cristã estabeleceram através de Leis, práticas de asfixia e de afogamento dos recém-nascidos “mal constituídos”, “débeis” ou “anormais” e tinham a prevenção como justificativa de seus atos. De acordo com Kanner (1964) apud Aranha (2000), deficientes mentais eram

usados em tarefas humilhantes como bobos ou palhaços para a diversão dos senhores e dos hóspedes ou nos circos romanos.

Durante o período Medieval, o mundo europeu deparou-se com um constante crescimento urbano, sem infraestrutura e sem recursos. Dessa forma, as populações viveram, por séculos, o receio das epidemias como hanseníase, peste bubônica, difteria e influenza que devastaram a Europa e deixaram grandes sequelas para os sobreviventes (Corrêa,2005).

Nesse momento, as doenças mais graves, as incapacidades físicas e as más formações congênitas eram consideradas sinais da ira celeste ou castigo de Deus, tornando a benzedura e os ritos misericordiosos do exorcismo uma prática constante. Aranha (2000) elucida que a concepção de deficiência passou a ser de natureza religiosa, de maneira que o deficiente ora era considerado demoníaco, ora possuído pelo demônio, expiador da culpa e da vingança divina.

Contudo, em função da assunção das ideias cristãs, as pessoas com deficiência não podiam mais ser exterminadas, já que passaram a ser consideradas como possuidoras de uma alma e criaturas de Deus. Entretanto, continuavam ignoradas à própria sorte, dependendo da boa vontade e da caridade humana para a sua sobrevivência.

Segundo Corrêa (2005), nessa fase, as atitudes para com os deficientes tinham um caráter ambíguo de proteção-segregação/caridade-castigo. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que garantiam a eles abrigo, alimento e proteção, eram confinados com a justificativa de que estavam (membros do Clero) salvando a alma do demônio e livrando a sociedade das condutas antissociais.

Ainda na Idade Média, dado o poder obtido pela Igreja Católica, instalou-se um quadro generalizado de abusos e de manifestações incoerente entre as atitudes e os discursos religiosos, provocando na sociedade discórdia e indignação. Nas palavras de Aranha (2000, p.10), ao tentar se proteger da insatisfação e das manifestações, “a Igreja iniciou um dos períodos mais negros e tristes da História da Humanidade: a perseguição caça e extermínio de seus dissidentes, sob o argumento de que eram hereges, ou ‘endemoninhados’”.

A partir do século XVIII, como advento da ciência moderna, levantam-se novas ideias referentes à natureza orgânica da deficiência. Nesse período, de acordo com Aranha (2000), a tese da organicidade, a qual defende que as deficiências são causadas por fatores naturais e não por fatores espirituais, favoreceu na compreensão da deficiência como um “problema” médico então teleológico e moral. Desse modo, aparecem as primeiras ações de tratamento médico e hospitais psiquiátricos para essas pessoas, porém caracterizados “como locais para confinar, mais do que tratar, os pacientes que fossem considerados doentes, que estivesse incomodando a sociedade, ou ambos” (Aranha, 2008, p.13).

A grande maioria da população não tinha acesso às informações e às novas percepções acerca da deficiência. A ideia de que o deficiente era incapacitado, inválido e sem chances de avanços levou a sociedade a se manter omissa em relação ao atendimento das necessidades individuais específicas desse segmento. Desse modo, somente depois do século XVIII é que as pessoas começaram a se organizar, propondo medidas e ações para a melhoria dos atendimentos desenvolvidos para as pessoas com deficiência, ocorrendo os primeiros movimentos na Europa, e mais tarde nos Estados Unidos da América, Canadá e outros países (Corrêa, 2005).

Nesse sentido, os primeiros passos que vão sendo tomados com relação às pessoas com deficiência no Brasil, são caracterizados por uma visão social caridosa e assistencialista, que lhes conferiam um mínimo de dignidade através de práticas de favor e boa vontade. Isso significa dizer que, a garantia de uma melhor condição de vida ou o acesso a um bem se dava por meio de doação, mantendo as pessoas com deficiência como necessitadas e dependentes.

Nesses moldes, conventos e asilos, seguidos de hospitais psiquiátricos constituíram-se locais de confinamento ao invés de locais para atendimento das pessoas com deficiência. Houve uma retirada das pessoas com deficiência das comunidades de origem e pela manutenção delas em instituições residenciais segregadas ou escolas especiais, frequentemente localizadas distantes da família. Essa prática intensificava o preconceito sobre os deficientes e mantinha a própria omissão de informação a cerca desses sujeitos (Aranha, 2000).

A fase pós Segunda Guerra Mundial trouxe o aumento do número de pessoas necessitadas de assistência e de condições para reassumir o trabalho, devido ao fato de retornarem do combate com alguma deficiência. Dessa forma, tal como defende Aranha (2008), o retorno ocupacional desses soldados foi se mostrando, aos poucos e em larga escala, o potencial que as pessoas com deficiência poderiam ter na execução de algum trabalho.

É válido frisar que esse foi um momento importante para o crescimento das organizações de reivindicação e o conseqüente fortalecimento do movimento pela inclusão, apesar de ainda não ter essa denominação e consciência. Com relação aos reabilitados lê-se:

Reabilitados, voltaram a produzir. Ao redor deles, foi surgindo uma legião multidisciplinar de defensores de seus direitos. Eram cidadãos que se sentiam de algum modo responsáveis pelos soldados que tinham ido representar a pátria no front há décadas. O mundo começava a acreditar na capacidade das pessoas com deficiência (Werneck, 2000, p.49).

De acordo com Aranha (2008), somente em meados do século XX, o paradigma da institucionalização começou a ser questionado e criticado por muitos estudiosos e por pessoas com deficiência, que estavam envolvidas no movimento de defesa dos direitos humanos. A maioria dos estudos publicados, segundo a autora, revelava a ineficácia e ineficiência da institucionalização em favorecer na preparação ou recuperação das pessoas com deficiência para o convívio em sociedade. Institucionalização é um lugar de resistência e de trabalho, onde um grande número de pessoas, excluído da sociedade mais ampla, por um longo período de tempo, leva junto uma vida enclausurada e formalmente administrada.

Na tentativa de enfraquecer a prática discriminatória a qual foram submetidas às pessoas com deficiência, foi-se delineando, no mundo acadêmico, a ideologia da normalização (Aranha,2000). Esta fundamentou filosoficamente o movimento da desinstitucionalização e da integração social, responsáveis pela retirada dos deficientes das instituições tradicionais e pela implantação de programas comunitários de serviços. Sendo assim, o princípio da normalização, preocupado com a inserção da pessoa com deficiência na

sociedade mais ampla, “procurava ajudá-la a adquirir as condições e os padrões da vida cotidiana, no nível mais próximo possível do normal” (Aranha, 2000, p.16), ou ainda, ensaiava uma aproximação como cotidiano das demais pessoas.

Como resultado desse processo, por volta de 1960, tem-se a instituição de um segundo e novo paradigma, denominado paradigma de serviços. Desse modo, para que a pessoa com deficiência tivesse uma vida “normalizada”, tornava-se necessário que a sociedade oferecesse serviços nas áreas físicas, psicológicas, educacionais, profissionais, sociais, materiais, dentre outros- como objetivo de prepará-las para o convívio social.

Nesse caso, conforme afirma Sasaki (2003), no Brasil, as instituições foram se especializando para prestar atendimento aos deficientes como intuito de promover os serviços possíveis já que a sociedade não aceitava receber pessoas deficientes nos serviços existentes na comunidade.

Escolas especiais, associações desportivas, centros de reabilitação, dentre outros foram criados para atender a demanda. Almeida (2009) chama atenção para a expansão das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs, além da criação de diversas outras organizações não-governamentais.

Tal modelo, utilizado também como um dos princípios do movimento para a integração social, declarava as pessoas com deficiência como doentes e a deficiência como um problema do indivíduo a ser curado ou solucionado, através de algum tipo de serviço.

Assim, as pessoas com deficiência eram consideradas pacientes passivas, incapazes de realizar em qualquer tarefa, inválidas e dependentes do cuidado de outras pessoas. Nas palavras de Sasaki (2003, p.34)

O que se quer dizer é que, a partir desta compreensão de “integrar”, a sociedade aceitar receber a pessoa com deficiência, desde que ela tenha alcançado um nível de competência compatível com os padrões vigentes e esteja capacitada para superar as diversas barreiras. Desse modo, consideramos que, a integração social focaliza a necessidade de mudança na pessoa com deficiência e “pouco ou nada exige da sociedade em termos de modificação de atitudes, de espaços físicos, de objetos e de práticas sociais” (Sasaki, 2003, p.35).

Dentro de um movimento internacional e nacional, a partir da década de 1970, declarações, tratados, convenções e legislações são constituídos em sociedade, representando um avanço na forma de perceber a pessoa com deficiência.

Desse modo, são declarados e aprovados em Assembleia Geral da ONU, os direitos das pessoas com deficiência mental (1971), contribuindo para o início do processo de alteração da ótica de exclusão destes, e os direitos das pessoas com deficiência (1975), visando promover níveis de vida mais elevados e trabalho permanente para todos. No entanto, podemos observar que, até o descrito momento, ainda são poucas as leis e políticas destinadas a esse segmento.

Ainda em 1980, a ONU proclamou o ano de 1981 como o Ano Internacional das Pessoas Deficiência, adotando como eixo fundamental a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade e a igualdade de condições de vida de modo equivalente aos outros cidadãos.

Werneck (2000) assinala que, nessa ocasião, lançada pela ONU a semente do conceito de sociedade inclusiva, entidades não-governamentais e governamentais, a mídia e nações reafirmaram, durante um ano, a necessidade mundial de reconhecer os direitos das pessoas com deficiência com os membros integrantes da sociedade.

Posteriormente, ao Ano (1981), seguiu-se a Década das Nações Unidas para Pessoas Portadoras de Deficiência, consolidando princípios éticos, filosóficos e políticos que sustentaram, no período de 1983 a 1992, o processo de construção da cidadania dos deficientes. Conforme afirma Werneck (2000), o documento que representou essa tomada de consciência foi o Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência (adotado pela Assembleia Geral da ONU, em 1982 e publicado em 1983).

O Ano Internacional (1981) e o referido Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência (1983) se caracterizam como elementos principais para a construção do processo de inclusão. Em função deste documento, inicia-se a compreensão de que à sociedade cabe, não só, oferecer um ambiente com serviços, atividades e informações àqueles que deles necessitem, mas também torná-los disponíveis e acessíveis para todos.

Surge então, fundamentado nessas ideias, o terceiro paradigma denominado paradigma de suporte, “caracterizado pelo pressuposto de que a pessoa com deficiência tem o direito à convivência não segregada e ao acesso aos recursos disponíveis aos demais cidadãos” (Aranha, 2008, p.16).

Dessa forma, diferente da integração que primeiro segrega e tenta preparar a pessoa para depois inseri-la na sociedade. A modificação da sociedade como pré-requisito, para que a pessoa com deficiência possa buscar o seu progresso e exercer a sua cidadania. Nesse sentido, o grande avanço desse movimento está no fato de prever intervenções, tanto no processo de desenvolvimento do sujeito, quanto no reajuste da realidade social.

Em consequência dessa nova concepção, identificamos que para equiparar oportunidades, faz-se necessário que a sociedade disponha de suporte se instrumentos que garantam o acesso e a permanência das pessoas com deficiência em todo e qualquer espaço público comum da vida.

As palavras de Gabrilli (2008) sustentam esse entendimento, quando expressa que há uma transferência da incapacidade da pessoa para o ambiente. Isso significa dizer que quando a deficiência do meio é superada com tecnologias como, sistemas de comunicação alternativos, telefones para cegos e equipamentos tecnológicos em geral, as deficiências das pessoas desaparecem à medida que elas se integram com mais facilidade.

Devemos considerar que, diferente daquele modelo médico da deficiência, que percebe essa pessoa com deficiência como alguém dependente de cuidados e que precisa de cura, a ideia da inclusão pauta-se no modelo social da deficiência, fundamentado no entendimento de que a sociedade precisa ser modificada, tornando-se capaz de atender às necessidades de seus membros.

Dessa forma, dentro da discussão do paradigma de suportes, existe uma intenção de criá-los, tornando disponível todo e qualquer apoio necessário para uma vida de qualidade e que permita a pessoa com deficiência “o maior nível de autonomia e de independência na administração e no gerenciamento de sua própria vida” (Aranha,2008,p.16).

Percebemos, com isso, que ao mesmo tempo em que a prática da integração começa a esmaecer, dentro de um processo histórico de discriminação e preconceito, a vertente da inclusão vem ganhando espaço na

defesa da reorganização da sociedade para garantir o acesso a todos os cidadãos, independente das particularidades individuais. Desse modo, Sasaki (2003) conceitua a inclusão como:

O processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos (Sasaki,2003,p.41).

Segundo o mesmo autor, a Organização das Nações Unidas foi a primeira a usar a expressão uma sociedade para todos, na resolução 45/91 da Assembleia Geral, ocorrida em 1990, através da qual foi apresentada como meta atingir uma sociedade inclusiva.

SEÇÃO II

3. DIREITOS E GARANTIAS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL POR MEIO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA

3.1. Panoramas sobre a Pessoa com Deficiência na Legislação Brasileira

Desde 1948, a partir do no art. 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a igualdade se anunciava passou a ser traduzida por dignidade e direitos dos seres humanos. Isso significava que e, ainda assim, mesmo perante a diferença de todas as pessoas, sem exceções de nenhuma, a igualdade prevalecia para todos em forma de dignidade e o direito. Para quem quer que fosse, independente do lugar onde estivesse.

O art.2º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência contempla o conceito de “Pessoa com Deficiência” que tem uma grande reversão no modelo de concepção jurídica destes indivíduos, bem como a inclusão da questão social para estabelecer maior ou menor participação dos mesmos em sociedade. Desta forma, a convenção atende também os direitos referentes à (ao): saúde, educação inclusiva em escola comum, transporte, lazer, cultura, esporte, habilitação e reabilitação, trabalho e formação profissional e demais necessidades inerentes ao ser humano.

No caso do Brasil, No entanto, o marco histórico que se consagrou em relação às Pessoas Com Deficiência (PCDs) somente surgiu na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, tratando em diversos dispositivos sobre a proteção específica das PCDs.

A Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) foi criada após o ano de 1988, sob a lei nº 7.853/89 e abrangeu outras medidas legais de proteção à pessoa com deficiência como a lei nº 8.112/90 (Lei dos Servidores Públicos – previsão de reserva de vagas em concursos públicos – artigo 5º, § 2º), lei nº. 8.213/91 (Previdência Social - cota de vagas em empresas privadas – artigo 93), Declaração de Salamanca de 1994 (concepção de educação inclusiva), Lei nº. 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - acesso à educação e especialização – artigo 4º, inciso III

e artigos 58 a 60), Decreto Federal nº. 3.298/99 (regulamentação) e a Convenção de Guatemala (Decreto nº. 3.956/2001 - não discriminação).

No contexto mundial, outro marco histórico na busca constante da garantia e especificidade aos direitos das PCDs, advinda do princípio da dignidade humana, conforme citamos anteriormente foi a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, aprovada pela Assembleia Geral da ONU, de 13 de dezembro de 2006. A aludida convenção e os dados estatísticos da OMS e do IBGE, também já referidos, provocaram na década de 2000, no cenário brasileiro o interesse pela PCD e a necessidade de se preocupar e tratar com maior vigor os direitos da pessoa com deficiência.

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência trouxe, com suas diretrizes, mudanças respectivas sobre o paradigma que se tinha da visão social a respeito da PCD, conforme art. 1º: “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.”

É preciso que se sublinhe ainda sobre a Convenção que outro caráter foi o fato de ela se constituir no primeiro tratado internacional de direitos humanos aprovado nos termos do art. 5º, §3.º, da Constituição Federal, isto é, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência entrou para história do Brasil de forma singular posto que foi a abertura para um novo símbolo jurídico na legislação brasileira.

E não se pode esquecer o maior marco deste período: a aprovação da Lei 13.146/ Estatuto da Pessoa com Deficiência. Sua aprovação tornou-se uma novidade marcante, tanto para operadores, como para legisladores, pois a entrada desde a nova Lei não traria com sigilo somente mais uma das quebras das barreiras da inclusão, bem como mudanças respectivas em dispositivos anteriores, que será comentada *a posteriori*.

3.2. Marcos sobre a evolução legislativa brasileira a partir da nova Lei de Inclusão

Algumas constituições anteriores à de 1988 tiveram sua apreciação sobre a integração da PCD na sociedade. O primeiro exemplo é a constituição de 1934 que cita o seguinte entendimento: “é dever da União, dos Estados e dos Municípios: a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar”.

A constituição de 1937 já foi mais inferior, pois em relação a PCD, tratou somente do direito de igualdade e direito previdenciário em relação a invalidez do trabalho.

Esse direito só surgiu com a Emenda 12 à Constituição Federal de 1967, promulgada em 17/10/1978, quando assegurou, dentre as hipóteses de melhoria da condição social e econômica da pessoa com deficiência, a possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos.

“AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do artigo 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Artigo único – É assegurado aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante:

I – educação especial e gratuita;

II – assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do país;

III-proibição de discriminação, inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários;

IV – possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos.”

(EMENDA 12 À CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1967)

De acordo com Luiz Alberto David Araújo (2003), essa emenda constitucional, representou grande avanço na proteção desse grupo social, servindo de base para uma série de medidas judiciais, como a ação que requereu acesso às rampas de embarque do metrô de São Paulo.

De fato, a aplicabilidade desta emenda viralizou e tornou-se mais um dos marcos sociais, pois possibilitou a PCD melhorias em condições econômicas, financeiras e sociais, dentro da viabilidade de acesso a lugares que tinham essa necessidade arquitetônica, como edifícios, logradouros, metrô, entre outros espaços.

Ainda no fim da década de 1960, ocorreu a Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969 – Pacto San José da Costa Rica, que de fato foi um grande impulso para a criação da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Contudo, em seu art. 24 trata-se da igualdade de todos perante a lei: “Todas as pessoas são iguais perante a lei. Por conseguinte, têm direito, sem discriminação alguma, à igual proteção da lei”.

Conforme seguimento crescente dos dispositivos sobre suas décadas, por seguinte, ocorreu a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência no ano 2006, já citada neste documento. No Brasil, a Pessoa com Deficiência teve um marco maior na história por meio da Constituição Federal de 1988 e na aprovação da Convenção Internacional de Direitos da Pessoa com Deficiência. Mas, sem dúvida, o ano de 2015 se consagrou para a PCD a partir da aprovação da Lei 13.146, conhecida também como Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Muitos outros dispositivos, dentre portarias, decretos, leis e resoluções, foram continuamente produzindo um conjunto sobre o tema na legislação brasileira. Neste sentido, há pertinência, diante desta nova lei, revisitar o tema em face da sua inclusão no espaço de deveres e direitos já estabelecidos pela legislação brasileira. Considerando-se, portanto, que um novo dispositivo sempre mantém vínculos com seus antecedentes, muita vez alterando-os significativamente, outra reiterando questões delicadas, faz-se necessário perquirir os impactos deste novo dispositivo legal no que se refere ao tema.

O reconhecimento perante a Lei 13/146 de 2015, conhecida também como Estatuto da Pessoa com deficiência, dispõe sobre a igualdade de direitos da PCD nos parágrafos do seu art. 1º e art. 84.

Segundo Mazzotta, as mudanças nos termos na legislação, planos educacionais e documentos oficiais não têm produzido alteração no seu significado, pois:

Ao invés de representar avanço nas posições governamentais com relação à educação, comum e especial, do portador de deficiência, tais alterações contribuem, muitas vezes, para o esquecimento do sentido de “deficiência” e suas implicações individuais e sociais. Além disso, tendem a confundir o entendimento das diretrizes e normas traçadas, o que, por consequência, acarreta prejuízos à qualidade dos serviços prestados.
(MAZZOTA, 2005, p. 199)

Sobre a aprovação da lei 13.146, entende-se que na inclusão da pessoa com deficiência é necessário ressaltar que o conserto dos direitos humanos, o direito à democracia e a acessibilidade são necessários e insubstituíveis, portanto representam o respeito e a valorização da diversidade humana, como objetivo o bem-estar e o desenvolvimento inclusivo.

Tomando como referência a nova lei, nota-se que para início de mudança bastou o art. 84, para fazer significantes alterações no Código Civil. As mudanças no conjunto legislativo são evidentes.

Outros legisladores já se pronunciaram diante da nova lei. Pablo Stolze Gagliano (2016) em seu recente artigo “É o fim da Interdição?” sustenta que:

“(…) a partir do vigor do Estatuto da Pessoa com Deficiência ainda será sentido o profundo impacto da Lei 13.146 de 06 de julho de 2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência, a partir, especialmente, da jurisprudência que se formará ao longo dos próximos anos.”

Esta Lei, como já se pode observar nos termos do parágrafo único do seu art. 1º, tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo no 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto no 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno.

Pela amplitude do alcance de suas normas, o Estatuto traduziu uma verdadeira conquista social, ao inaugurar um sistema normativo inclusivo, que homenageia o princípio da dignidade da pessoa humana em diversos níveis.

A partir de sua entrada em vigor, a pessoa com deficiência - aquela que tem impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, nos termos do seu art. 2º - não deve ser mais tecnicamente considerada civilmente incapaz, na medida em que os arts. 6º e 84, do mesmo diploma, deixam claro que a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa.

Ainda que, para atuar no cenário social, precise se valer de institutos assistenciais e protetivos como a tomada de decisão apoiada ou a curatela, a pessoa deve ser tratada, em perspectiva isonômica, como legalmente capaz. Por óbvio, uma mudança desta magnitude - verdadeira "desconstrução ideológica" não se opera sem efeitos colaterais, os quais exigirão um intenso esforço de adaptação hermenêutica. Mas, certamente, na perspectiva do Princípio da Vedação ao Retrocesso, lembrando Canotilho, a melhor solução será alcançada: ‘O que não aceito é desistir desta empreitada, condenando o Estatuto ao cadafalso da indiferença em virtude de futuras dificuldades interpretativas’.

Ressalta-se que no âmbito civil, um outro dispositivo de tamanha significância para esta alteração foi o art. 6º da Lei 13.146, pois abrange

especificamente da capacidade civil do ser humano. Proclamando no seu *caput* a seguinte conceituação: “A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa...”.

Portanto, é importante deixar claro que estas mudanças de modo algum têm aspecto negativo, pois o que estava em jogo era jornada e ascensão da PCD. Sobretudo, buscar a acessibilidade para todos é ainda uns dos maiores desafios que é enfrentado no dia a dia, e este objetivo somente será atingido com a eliminação de barreiras existentes na sociedade em geral.

Esta mudança apenas significou mais uma vitória contra a barreira da inclusão.

3.3. Questões pontuais sobre o direito à acessibilidade

A acessibilidade é viabilização da inclusão social. Segundo as normas brasileiras, por meio do Decreto Nº 5.296 de 2010, acessibilidade é a:

Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2010).

No aspecto da comunicação e informação, deverão adotar plano de medidas técnicas com o escopo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra em substituição, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas com deficiência auditiva e visual, na forma e prazo previstos em regulamento, mediante norma complementar pelo Ministério das Comunicações.

Quando voltamos nossos olhares para a pessoa com deficiência visual, devemos entender que as oportunidades de comunicação, deverão, acima de tudo está de acordo com a Lei Federal nº 9.610/98 diz que não constitui ofensa aos direitos autorais a reprodução, sem fins comerciais, de obras literárias, artísticas ou científicas, pelo sistema Braille, entre outros para deficientes visuais.

Dessa forma, é de suma importância que a pessoa com deficiência visual está em um ambiente que lhe proporcione autonomia e sobre tudo independência, pois as possibilidades de participação em sociedade são muitas, em decorrência das tecnologias assistivas, e isso é um fator em potencial para sua participação e permanência em espaços inclusivos.

Sabemos que em muitos lugares ainda existem dificuldades para as pessoas com deficiência visual se sentirem legitimamente incluídas, no entanto o acesso à tecnologia, em decorrência de muitas ferramentas inclusivas, estão cada vez mais afastando essas singularidades, e garantindo mais espaços inclusivos, com a presença de uma comunicação inclusiva, buscando-se a erradicação do preconceito e da exclusão social, garantindo autonomia.

De acordo com Santarosa (2002, pag. 31):

A autonomia do sujeito passa pela relação com o outro, constituído socialmente no meio cultural, nas relações interpessoais, para o plano intrapessoal, por meio da aprendizagem gerando o desenvolvimento, de forma que a pessoa supere as suas limitações e seja incluída na sociedade.

Como destacamos na primeira seção desse estudo, a relação da pessoa com deficiência na sociedade perpassa por um ambiente de segregação, e segundo Elias (2000) a sociedade é dividida em grupos sociais, alguns desses grupos se consideram mais poderosos e melhores que os outros, tendo como instrumento de poder a coesão interna e o controle comunitário. Esse poder de coesão perpassa pelo paradigma da comunicação entre massas, no qual estamos evidenciando nesse estudo. Nesse sentido é possível observar e comparar a sociodinâmica da estigmatização onde o poder gerado pela coesão dos grupos (comunicação) considerados “perfeitos” e pelo controle que possuíam condenava os “não perfeitos” aos maus tratos e à exclusão da sociedade.

Dessa forma as considerações de Elias sobre a sociedade e o indivíduo podem ser exemplificadas claramente pelas pessoas com deficiência, que formam um contingente social singular, onde cada deficiência possui uma particularidade que as torna mais ou menos dependentes. E que no qual só será extinta diante de um conceito atitudinal e de uma imersão tecnológica

advinda de um contexto social. Essa imersão tecnológica diretamente voltada para as pessoas com deficiência e chamada de tecnologias assistivas.

3.4. Sobre as tecnologias assistivas e a comunicação inclusiva

Em uma breve explicação, o Decreto nº 3298 de 20 de dezembro de 2010 considera “Ajudas Técnicas”: elementos que podem permitir equilibrar uma ou mais limitações da pessoa com deficiência, com o propósito de superar impedimentos da comunicação e de garantir sua plena inclusão social.

Dessa forma, o art. 61 do Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2010 comenta que Ajudas Técnicas é vocábulo utilizado na legislação brasileira que abarca:

Produtos, instrumentos e equipamentos ou tecnologias adaptadas ou especialmente projetadas para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal total ou assistida.

Com isso, podemos agora adentrar no conceito de Tecnologia Assistiva (TA), que é entendido como um conjunto de recursos e serviços que podem aperfeiçoar habilidades funcionais ou comunicacionais de pessoas com deficiência.

Ou seja, Bersch (2006, p. 8) afirma que, Ajudas Técnicas e Tecnologia Assistiva são termos sinônimos desenvolvidos e disponibilizados para promover uma maior qualidade de vida as pessoas com deficiência, sendo encontrada em vários tamanhos e expressões, simples ou sofisticados. No entanto o termo tecnologia assistiva pode se algo mais amplo e mais conhecido no meio da inclusão.

Dessa forma, materiais inclusivos, comunicação inclusiva e a aplicabilidade prática, bem como os benefícios, e todo o universo que está inserido a TA (Tecnologia Assistiva), são técnicas que fortificam o sentimento de autonomia e pertencimento da pessoa com deficiência em sociedade.

Em um breve resumo, podemos identificar na historia momentos que a comunicação inclusiva pode ser vislumbrada até hoje, como mostra Benjamin (1984):

Início no Brasil, em 78, na escola Quero-Quero em São Paulo como uso do método Bliss por estudantes com deficiência motora, porém sem alterações cognitivas, possibilitando o uso de um sistema simbólico altamente abstrato;

Na década de 80, as escolas especiais começaram a utilizar alguns sistemas com fotos e figuras como sistema de comunicação alternativa com alunos não oralizados e com deficiência motora e também nas escolas destinadas ao atendimento de pessoas com autismo;

Na década de 90, a Comunicação inclusiva começa a ser difundida no campo científico, passando a ser utilizada por pesquisadores de programas de pós-graduação em educação especial, sendo utilizados diferentes métodos, serviços e recursos destinados a complementar e/ou suplementar o atendimento de pessoas com ausência da fala e da escrita funcionais. (Benjamin, 1984, pg. 45)

É importante destacar que nessa última década, a produção acadêmica sobre comunicação inclusiva foi muito significativa, e que proporcionou um grande avanço na área educacional da pessoa com deficiência.

Prosseguindo, é importante também destacar que em 2006, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, SEDH/PR, por meio da portaria nº 142, criou o Comitê de Ajudas Técnicas, CAT, que pode ser entendido como:

Entende-se por ajudas técnicas qualquer produto, instrumento, estratégia, serviço e prática utilizada por pessoas com deficiência e pessoas idosas, especialmente, produzido ou geralmente disponível para prevenir, compensar, aliviar ou neutralizar uma deficiência, incapacidade ou desvantagem e melhorar a autonomia e a qualidade de vida dos indivíduos (PORTUGAL, 2007 apud BERSCH, 2010)

Um último conceito importante que compõe essa área que leva as pessoas a obterem autonomia tem o conceito de “Desenho Universal”, definido no Decreto nº 5.296 de 2010 como:

Concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade.

O conceito de desenho universal é importante não só para as engenharias, para que possamos nos sensibilizar em identificar alternativas de

inclusão em vários cenários e produtos para as pessoas com deficiência, garantindo o seu desenvolvimento.

A acessibilidade não se mostra apenas em quesitos estruturais e arquitetônicos, como rampas de acesso, comumente pensado pela maioria das pessoas, mas vai além dessa concepção, abrangendo diversas áreas como educação, trabalho, lazer, cultura, comunicação, regulamentos etc. Esses tipos de acessibilidade, para firmar os direitos assegurados por lei, devem estar presentes em todos os tipos de ambientes, sejam eles externos ou internos, ficando possível o trânsito físico e virtual de qualquer pessoa, sejam elas com ou sem deficiência.

Sasaki (2006, p.61) acredita que os espaços inclusivos e acessíveis são aqueles que gradualmente vão implementando as medidas de acessibilidade. É a partir do processo comunicacional, seja ela oral, escrita ou gestual, que é possível exercer a liberdade de expressão. A partir desta que se pode estabelecer um núcleo de convivência e equidade indispensável para a construção e permanência de uma sociedade mais digna e inclusiva. Ampliando a noção de comunicação, como afirmam Cavalcante e Ferreira (2011, p.64), foi promulgado o Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2010, por meio da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, na qual a linguagem oral é colocada no mesmo nível de outras comunicações, ao declarar que:

Art. 2 “Comunicação” abrange as línguas, a visualização de textos, o Braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação acessíveis. (BRASIL, 2010, p. 31).

A importância de se ter e desenvolver meios de comunicação que possam contemplar quaisquer tipos de condição é essencial não só para exercer direitos como para o desenvolvimento humanístico. Assim, se faz necessário a adoção de recursos alternativos que auxiliem o indivíduo nos processos interativos, condicionando-o a igualdade perante os demais sujeitos.

Um dos métodos que viabilizam a comunicação é a Comunicação inclusiva que:

[...] envolve o uso de gestos manuais, expressões faciais e corporais, símbolos gráficos (bi-dimensionais como fotografias, gravuras, desenhos e a linguagem alfabética e tri-dimensionais como objetos reais e miniaturas), voz digitalizada ou sintetizada, dentre outros como meios de efetuar a comunicação face-a-face de indivíduos incapazes de usar a linguagem oral. (VON TETZCHNER, 1996, p. 7, p. 27; NUNES, 2003, p. 10)

Dessa forma, analisar a comunicação é identificar aspectos da Tecnologia Assistiva sendo assim uma ramificação e no qual vem sendo estudada. Vislumbrada como um processo mediador do “empoderamento”, para a convergência de oportunidades e para a autonomia da pessoa com deficiência na sociedade. GALVÃO FILHO, 2009, p. 42).

É uma área de conhecimento interdisciplinar, que abrange produtos, recursos, estratégias, metodologias e serviços que promovam ou ampliam as habilidades e a inclusão de pessoas com privações funcionais.

A importância de se entender os diversos aspectos que cercam a questão da deficiência é fundamental para compreender essa temática sob o ângulo da comunicação e toda a sua funcionalidade com a população que a detém. Uma das formas de expressar esse entendimento é garantir às pessoas com deficiência o cumprimento de seus direitos sobre acessibilidade, objetivando a sua inclusão, seja tanto âmbito organizacional quanto social e cultural.

Sendo assim, a mediação tem a finalidade de promover ao ser humano desde pequeno observar aspectos ao seu redor e fazer dessa forma, sentido a si mesmo. O ser humano vai desenvolvendo internamente as suas atividades mentais superiores, com a intenção de atribuir um significado intrapsíquico, com parâmetros pensados a partir dos significados construídos nas relações sociais interpessoais e importantes para mediação, segundo Vygotsky (1994, p. 44), os signos e os instrumentos.

O ser humano conseguiu evoluir como espécie graças à possibilidade de ter descoberto formas indiretas, mediadas, de significar o mundo ao seu redor, podendo, portanto, por exemplo, criar representações mentais de objetos, pessoas, situações, mesmo na ausência dos mesmos. Essa mediação pode ser feita de duas formas: por meio do uso dos signos e do uso dos instrumentos. Ambos auxiliam no

desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. (GALVÃO, 2009, p.87)

As limitações da pessoa com deficiência tornarem-se um impedimento para as questões da mediação, levando em conta que há processos de significação que intercalam com o outro esses fenômenos. Com isso, uma maneira de neutralizar esses impedimentos seria os recursos de acessibilidade, ou seja, as tecnologias assistivas, com o intuito de inseri-lo em ambientes favoráveis ao seu desenvolvimento.

E, segundo Piaget (1975, p. 66), não devemos nos prender somente a quantidade de ações, movimentos e interações que estão construindo para o desenvolvimento cognitivo, mas também a qualidade significativa, e a intensidade depositada nessas interações e ações.

Nessa perspectiva, sabemos que a formação dessa pessoa com deficiência, bem como sua interação em sociedade, está diretamente ligada a fatores de identidade no qual garantem o pleno fortalecimento de práticas favoráveis para sua inserção em sociedade e de práticas comunicacionais que concatenam com os esses fatores sociais.

3.5. Grupos sociais e formação da identidade

Todo indivíduo já nasce inserido em uma cultura, e ao longo do seu desenvolvimento vai assimilando valores, crenças, hábitos e costumes da sociedade na qual se encontra inserido. Ao mesmo tempo, as relações que desenvolve nos diferentes espaços sociais contribuem para o seu desenvolvimento psicossocial. Sob essa ótica, a participação do indivíduo em determinado grupo social torna-se imprescindível na sua formação, pois constrói sua identidade e contribui para seu lugar no meio social.

Uma característica dos grupos é a existência de uma consciência coletiva, onde os membros compartilham ideias, valores e modos de agir, que de acordo com Mannheim (2012), surge com a tentativa de avaliar a posição do grupo, procurando definir seu lugar no ambiente social. Na medida em que o grupo critica a definição coletiva imposta pela sociedade, ele também passa a criticar sua própria relação com os demais grupos sociais. É diante desse cenário que se apresenta o conceito de identidade social, entendida como a identificação e

o sentimento de pertença a determinado segmento social. Sendo assim, podemos perceber que a identidade social de um a pessoa se mostra pelo arsenal de seus desdobramentos em um sistema social:

A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente. Mas a identidade social não diz respeito unicamente aos indivíduos. Todo grupo é dotado de uma identidade que corresponde à sua definição social, definição que permite situá-lo no conjunto social (cucho, 1999, p. 177).

As identidades sociais são construídas a partir das interações que põem em contraste os grupos sociais, sendo a identidade de um grupo definida com base em determinados traços que permitem afirmar e manter uma distinção cultural. Elas apresentam uma relação dialética que envolve os seguintes polos: as diferenças e as semelhanças. Quanto às diferenças, a definição de uma identidade ocorre para distingui-la de outras identidades ou do grupo geral. Assim sendo, determinada identidade só existe se houver outra diferente dela, permitindo sua singularidade (quando alguém afirma ser jovem, está se diferenciando de outros indivíduos que não pertencem à mesma faixa etária).

Quanto ao segundo polo, a identidade envolve reconhecer semelhanças com o(s) outro(s), por meio da identificação e do pertencimento. A identificação se refere ao processo psicológico em que um indivíduo assimila uma característica de outra pessoa ou grupo, transformando-se a si próprio de acordo com o modelo adotado. Já o pertencimento é o sentimento de fazer parte, de compartilhar os mesmos atributos com outras pessoas, e está relacionado tanto com a inclusão quanto com a exclusão. A identidade implica, portanto, o reconhecimento social da diferença, ao mesmo tempo em que permite a unidade entre aqueles que partilham os mesmos princípios do grupo.

A luta dos diferentes segmentos sociais pelo reconhecimento de suas identidades está intrinsecamente vinculada à questão do estigma. Foi visto que o significado das identidades está associado às representações produzidas, que por sua vez sofrem influência dos ambientes sociais, pois estes fornecem condições que estipulam as categorias de identidade possíveis de serem encontradas nele. A partir dessa constatação, Goffman (2004) classifica a identidade social em dois tipos: a virtual e a real. A virtual representa as características sociais (estereotipadas) que atribuímos a determinada pessoa ou categoria de acordo com nossos conhecimentos e experiências vividas,

enquanto a identidade social real representa as características e atributos que eles de fato possuem.

Quando ocorre uma discrepância entre a identidade virtual e a identidade real surge o estigma, que são atributos indesejáveis percebidos no indivíduo, que o diferem de outros que estão classificados na mesma categoria. Mas não é qualquer atributo indesejável que pode ser classificado como estigma, e sim aqueles socialmente classificados como depreciativos e incompatíveis com os estereótipos criados e que fornecem uma visão negativa da identidade social. Na verdade, um mesmo atributo pode tanto estigmatizar quanto conferir “normalidade”, dependendo do contexto relacional.

Os estigmatizados podem apresentar inseguranças nas relações com os normais, uma vez que, em cada nova interação, não se sabe em qual categoria ele será classificado, nem se tal classificação será favorável. Ao mesmo tempo, a pessoa com estigma pode responder a essas situações de diferentes formas: tentando corrigir a causa do estigma, se aprimorando nas áreas consideradas inacessíveis por causa de sua condição, ou buscando romper com a realidade imposta e apresentar uma nova interpretação de sua identidade, visando o reconhecimento social. No último caso, destaca-se a importância de outras pessoas que contribuem nesse processo apoiando sua visão de mundo e se identificando com seus sentimentos e objetivos, na tentativa de transformar o contexto vigente.

Para compreender a conexão entre identidade e reconhecimento, é preciso considerar o caráter dialógico da condição humana, no qual a linguagem possui papel fundamental. Dessa forma, a definição da identidade se dá no diálogo com os outros, mas mesmo sendo dependentes da contribuição deles, devemos nos esforçar para nos definirmos sozinhos, e assim, melhor compreender e controlar a influência externa recebida.

As demandas por reconhecimento encontram-se dentro de contexto internacional de avanço do conservadorismo, do fundamentalismo alinhados à outros grupos políticos que possuem em sua natureza a defesa de alguma forma de exclusão social ou identitária. (PEREIRA, DENIS 2016, p. 160).

A partir do desenvolvimento da concepção moderna de identidade, surge a política da diferença, que se baseia no fato de que as singularidades historicamente ignoradas possuem uma validade legítima.

Os governos são compostos de forças heterogêneas e risomáticas, que por vezes, colocam os agentes e setores em condição de conflito dentro dos governos, produzindo, por vezes, apenas embuste político – governamental. Quanto ao poder legislativo há uma decantação que permite se vislumbrar as forças minoritárias que possuem projeto de redistribuição e de reconhecimento e a as forças majoritárias que representam o patrimônio, os dogmas religiosos e controle punitivo. (PEREIRA, DENIS 2016, p. 36).

Embora essa nova política também possua uma base universal, apresenta um enfoque diferente: todos os indivíduos e grupos devem ser reconhecidos por suas identidades únicas. Enquanto a política de igual dignidade aplica a não-discriminação desconsiderando as diferenças existentes, a política da diferença compreende a não discriminação como requisito para um tratamento diferencial com base nas singularidades em questão. “É justamente por meio desta nova interpretação de igualdade que serão valorizadas as demais particularidades que formam as identidades dos sujeitos e dos grupos passando a ser, inclusive, garantidas pelos Estados e reconhecidas na esfera pública (ANDRADE, 2013, p. 72).

3.6. Identidade social e a deficiência

No contexto macrossocial, a percepção que se tem das pessoas com deficiência enquanto grupo – com identidade social definida e direito à participação na vida pública – é uma conquista recente, que tem origem nos anos 60 com o surgimento dos movimentos sociais de pessoas com deficiência. Outro fator que contribuiu para a firmação dessa identidade foi o advento do Modelo Social de Deficiência, nessa mesma década. “O interesse da literatura pela pessoa com deficiência vem de longa data, mas a sua identidade como um ser de direitos é recente e não permite uma interpretação unívoca” (GOMES; CAMPOS, 2015, p. 181).

Dependendo do tipo de deficiência, alguns fatores influenciam na construção da identidade, entre eles, o ambiente social onde ocorre a vida diária, e a posição do sujeito na estrutura social. Em relação à deficiência física, Martins (2009) aponta que a questão preponderante se refere às práticas e relações desenvolvidas na vida cotidiana, enfatizando a relevância da biografia pessoal, pois particulariza e personaliza a experiência.

A tese consiste no fato de nossa identidade ser formada, em parte, pela existência ou inexistência de reconhecimento e, muitas vezes, pelo reconhecimento incorreto dos outros, podendo uma pessoa ou grupo de pessoas serem realmente prejudicadas, serem alvos de uma verdadeira distorção, se aqueles que os rodeiam refletem uma imagem limitativa, de inferioridade, ou de desprezo aos mesmos. O não reconhecimento ou o reconhecimento incorreto podem afetar negativamente, podem ser uma forma de agressão, reduzindo a pessoa a uma maneira falsa, distorcida, que a restringe. (TAYLOR, 1994, p. 45).

A identidade deficiente enquanto experiência subjetiva também pode envolver diferentes significados, dependendo da sua origem (congenita ou adquirida). De acordo com Martins (2009), pessoas que adquirem alguma deficiência podem vivenciar o processo de ruptura biográfica, por meio de transformações nas atividades cotidianas, nas relações e nas formas de interpretar o mundo causadas pela nova condição. Essas transformações têm influência direta na (re) construção da identidade, uma vez que trazem à tona reflexões sobre a autoimagem e o autoconceito, na medida em que a deficiência rompe como o referencial de identificação internalizado. Em contrapartida, pessoas com deficiência congênita apresentam uma continuidade biográfica, apresentando elementos que reforçam sua identidade.

Nesse perspectiva, o surgimento de práticas que fortifiquem a interligação de ambientes favoráveis ao processo comunicacional, garantem o pleno desenvolvimento das pessoas com deficiência ao cenário da maior inserção em sociedade e assim garantindo o seu reconhecimento social.

Nesse sentido, surgem com a intenção de otimizar esse processo e trazer uma maior formação da identidade das pessoas com deficiência, os formatos de produção de livros sonoros e em linguagem de sinais, livros, Falados, Audiolivro, audiodescrição e SignWriting, são termos que diariamente se escuta ou se lê e isso requer um estudo mais atento sobre cada formato, bem como sobre o público a ser beneficiado com estas produções.

Nessa caso, nos atentamos a trabalhar dentro de um universo às pessoas com deficiência visual, no qual nosso principal fator de escolha foi os núcleos que vem desenvolvendo pesquisas, bem como técnicas para garantir essa acessibilidade com esse publico.

SEÇÃO III

4. TECNOLOGIA ASSISTIVA NA COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO DE CEGOS/PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL

4.1. Definições

Para que possamos entender as condicionalidades da pesquisa é importante que fiquemos atentos a alguns conceitos no qual vamos encontrar. A deficiente visual (DV) são em resumo pessoas cegas e com baixa visão, mas deficiência visual não é referente ao mesmo termo. Ou seja, deficiência visual é diferente de cego e de baixa visão. Ambos tem definições e características próprias.

“A cegueira é entendida como a perda total da visão, até a ausência da percepção da luz. Ela pode ocorrer desde o nascimento e, nesse caso, se classifica como congênita e ainda pode ser adquirida ao longo da vida da pessoa, sendo, dessa forma, denominada como adquirida” (BUENO, 2015, p. 33).

A baixa visão pode ser compreendida como: [...] “a alteração da capacidade funcional da visão, decorrente de inúmeros fatores isolados ou associados, tais como: baixa acuidade visual significativa, redução importante do campo visual, alterações corticais e/ou de sensibilidade aos contrastes, que interferem ou que limitam o desempenho visual do indivíduo” (BRASIL, 2010, p. 16).

Nessa pesquisa, buscou abarcar os dois conceitos, levando em consideração que os entrevistados eram e partes cegos ou pessoa com deficiência visual, no qual verificamos por meio das leituras acima que possui definições e características diferentes.

Enfatizado no início do trabalho, esta pesquisa está direcionada no uso da Tecnologia Assistiva (TA) em Manaus – AM, e tem como suporte duas instituições públicas da cidade, e na maneira pela qual essas instituições percebem e vivenciam o processo de apropriação dessa TA utilizada para a inclusão comunicacional, o aprendizado e desenvolvimento de pessoas com deficiência visual. Os dados que analiso e discuto neste trabalho são baseados

nas informações levantadas por meio de entrevistas abertas realizadas com representantes das instituições e pessoas com deficiência que tiveram acesso a essas matérias.

Os entrevistados, são parte do processo de inclusão comunicacional de pessoas com deficiência nas instituições: os seus coordenadores. São essas, portanto, as fontes principais dos dados aqui analisados e discutidos.

Entretanto, para uma melhor compreensão e contextualização acerca desses dados principais, levei em consideração, para facilitar o meu entendimento e análise, também as informações obtidas por meio de conversas que mantive com pessoas com deficiência dessas instituições. Esses dados complementares foram úteis para uma compreensão mais aprofundada do contexto em que se situavam as respostas obtidas nas entrevistas com coordenadores.

Ao referir-me ao processo de apropriação pelas instituições da TA para a inclusão comunicacional, não estou abordando apenas a mera aquisição e disponibilização de equipamentos, dispositivos ou produtos, mas também a efetiva possibilidade de utilização adequada e eficaz dos recursos, metodologias, estratégias e serviços relacionados às tecnologias em favor da inclusão, isso implica em termos de demanda de formação específica, de conhecimentos e práticas necessárias para isso, envolvendo todos os atores participantes do processo. E, falar em utilização adequada, significa falar de uma finalidade e de uma intencionalidade bem específicas.

A tecnologia está sendo dialogada nessa pesquisa também na sua concepção mais ampla, concepção esta que a percebe, para além de meros dispositivos ou ferramentas, como “o conjunto de conhecimentos, especialmente princípios científicos que se aplicam a um determinado ramo de atividade”, conforme a definição de tecnologia proposta pelo Dicionário Aurélio.

A discussão sobre a apropriação da tecnologia para a inclusão de pessoas com deficiência, portanto, deve levar em consideração e analisar também os diferentes contextos, estruturas e paradigmas, favorecedores ou desestruturadores desse processo de apropriação.

Nesse cenário, para haver uma preservação dos nomes dos entrevistados, usamos para os coordenadores dos núcleos os codinomes: Coordenador Apoema e Coordenador Biblioteca Braille. E para os

entrevistados com deficiência visual/cegos usamos codinomes: Entrevistado 1 (29 anos, cego), Entrevistado 2 (22 anos, cego), Entrevistado 3 (37 anos, pessoa com deficiência visual), Entrevistado 4 (19 anos, cego), Entrevistado 5 (43 anos, pessoa com deficiência visual).

4.2. Núcleo de tecnologia assistiva - APOEMA

Segundo os relatórios anuais e documentos publicados pelo próprio núcleo colhemos as seguintes informações: Em 2012 o IFAM se propõe a implantação do seu Núcleo de Tecnologia Assistiva- APOEMA, ao chamamento de propostas para constituição de Núcleos de Tecnologia Assistiva no âmbito da ação 8976 – Apoio a projetos de Tecnologia Social e Assistiva do programa 2021- Ciência, Tecnologia e Inovação do plano plurianual 2012 – 2015, sendo este aprovado conforme a Portaria Nº 65, de 06 de Julho de 2012, publicada na DOU Nº 131, de 09 de Julho de 2012.

Com o objetivo de fomentar pesquisas voltadas para as Tecnologias Assistivas (TA), com o desenvolvimento de produtos, recursos físicos e humanos, estratégias, metodologias, práticas e serviços visando à autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social da pessoa com deficiência, contemplando o que é especificado no item VIII, do Art. 3º, do Plano Viver sem Limite, instituído pelo Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, que é a promoção do acesso, do desenvolvimento e da inovação em tecnologia assistiva.

Com isso, as ações do Núcleo APOEMA/IFAM, baseiam-se em duas macro linhas de pesquisa:

a. Desenvolvimento de estratégias para a facilitação do uso de TA, buscando melhorias da acessibilidade e mobilidade em ambientes institucionais;

b. Produção e Adaptação de Materiais didáticos e paradidáticos acessíveis. Nesta linha, tem-se por meta a inserção de recursos de acessibilidade em áudio, audiodescrição e libras (vídeo), em objetos didáticos utilizados no ambiente de aprendizagem.

Diante disso, a tecnologia vem como um suporte necessário para que haja maior facilidade em termos de acessibilidade e usabilidade para as

pessoas com deficiência, no qual enfatizo o aspecto da pessoa cega ou com deficiência visual.

4.3. Biblioteca braille de Manaus

A Biblioteca Braille foi fundada em 8 de novembro de 1999 pelo atual, na época, secretário de Cultura do Amazonas, Robério Braga. O objetivo maior é a educação, profissionalizante lazer, levando cidadania a todas as pessoas com deficiência visual, ofertando livros falados, em braille ou digitais para as pessoas que queiram estudar ou fazer algum tipo de concurso.

Na parte cultural ou lazer, trabalham em parceria com a assessoria de inclusão, nos tetos, cinemas, fóruns, e nos encontros. Promove curso de braille, curso para as pessoas que trabalham em uma biblioteca, que querem transformar essa biblioteca acessível.

Diante disso, a sua dinâmica maior é capacitar pessoas para promover a comunicação inclusiva dentro de suas bibliotecas, ou seja, tornar esse espaço mais acessível a pessoas com deficiência visual, trabalhando com os seguintes instrumentos:

- Classificação de livro;
- Produção um livro falado com voz sintetizada;
- Banco de dados;
- *Scanner* de voz;
- Sistema Braille;
- Serviços de audiodescrição (capa, roteiro).

Na biblioteca existem mais de 5 mil livros falados, é o terceiro maior acervo no Brasil de livros nessa categoria. Em 2004 deixa de setor braille para ser biblioteca braille, 2007 deixou de produzir livros em fita cacete, para produzir livros em formato mp3 e voz sintetizada, 2009 entraram em um politica cultural no teatro amazonas com a audiodescrição. 2010 foram para outros estados e municípios:

- Nova Olinda;

- Presidente Figueiredo;
- Careiro da Vázea;
- Itaquiara,
- Parintins,
- imperatriz do Maranhão;
- Acre;
- Ceará
- Espírito Santo.

4.4. Tecnologia assistiva para a promoção da comunicação inclusiva

Segundo o coordenador da Biblioteca Braille a audiodescrição como uma técnica da tecnologia assistiva propicia às pessoas cegas/deficiência visual o acesso a obras diversas de conteúdos visuais das imagens com conteúdo relevante para a compreensão da obra no qual é transformada em palavras. Uma das ferramentas mais usadas por eles da Biblioteca Braille é a audiodescrição que “trata-se de um trabalho técnico do campo da tradução visual. Deve ser executado pelo audiodescritor roteirista, que elabora todos os textos a serem narrados, com a indicação clara dos momentos dessas falas” (SASSAKI, 2012, p. 5)..

Com toda esse universo de informações, é notório a inserção da comunicação inclusiva como principal ator dos processos até a chegada a mão da pessoa com deficiência visual/cega. “Posteriormente o trabalho passa ao audiodescritor narrador, responsável pela leitura com tom de voz e ritmo adequados à obra e ao público, seguindo fielmente o texto roteirizado. O trabalho da audiodescrição em todas as suas fases deve ser acompanhado pelo audiodescritor consultor, preferencialmente uma pessoa com deficiência visual, que interfere com sugestões e críticas para melhoria da qualidade do produto a ser oferecido” (SASSAKI, 1997, p. 6). Ao questionarmos aos coordenadores quais os principais desafios para a pessoa com deficiência visual/cegos sobre a inserção e os desafios da tecnologia assistiva no atual cenário social, temos os seguintes depoimentos:

Eu vejo como um recurso técnico com potencial de inclusão, e que pode ser adaptado às diferentes condições, e aplicado nos diferentes contextos também. [...] Potenciador de inclusão também em sala de aula, no contexto da comunicação inclusiva que é a sua pesquisa, no ensino a estudantes cegos. Aqui na Braille nós usamos muito a tecnologia assistiva, audiodescrição nos nossos materiais, como os livros que você viu. A audiodescrição pode ser feita de maneira mais informal pelo professor, que audiodescreve o ambiente escolar para seus alunos cegos, mas também todos os conteúdos visuais e materiais utilizados nas atividades de ensino ou pode ser feita aqui com a gente também. Então muito mais que uma técnica de tradução, trata-se de uma cultura de inclusão, que pode e deve contagiar também os colegas estudantes. Mas eu percebo uma grande demanda não atendida da audiodescrição na produção de materiais didáticos, que se formos analisar, pode ser uma boa ferramenta de comunicação para os cegos, quero dizer, só nós e o APOEMA no IFAM que fazemos isso aqui em Manaus. (Coordenador da Biblioteca Braille, 2018)

Eu trabalho com isso faz uns anos já, e sinceramente percebo que o desafio mais presente é a falta de informação das pessoas e dos professores em relação à tecnologia assistiva, poxa, fazemos o trabalho de forma gratuita das nossas obras, e nossa equipe faz até para os professores, caso eles tenham algum aluno cego, mas é difícil algum docente vir aqui, na verdade as pessoas que mais nos procuram são os próprios cegos em busca de conhecimento, mas sinceramente, o que fazemos aqui é muito significativo para essas pessoas, torna elas seres humanos mais autônomos [Coordenador APOEMA]

Como pode-se notar nos depoimentos dos coordenadores, ambos relatam a importância da tecnologia assistiva, e até exemplificam como ocorre a sua inserção dentro do contexto de trabalho, mostram também que existem barreiras significativas que precisam ser vencidas, citada por eles como a falta de informação e procura dos docentes e pouca demanda não atendida de matérias no qual a tecnologia assistiva pode ser uma boa técnica de comunicação.

No entanto, eles enaltecem o potencial da tecnologia assistiva, exemplificado a audiodescrição como um propulsor para tal magnitude, isso nos remete um pensamento de maior proximidade que a tecnologia assistiva pode proporcionar ao estudante com deficiência visual/cego em relação a proximidade que ele pode ter em sala de aula ou até em seu convívio social, pois o distanciamento entre a comunicação pode ser sanado.

Motta (2011) também defende o potencial do recurso para o ensino. Para ela, “o uso da audiodescrição permite a equiparação de oportunidades, o acesso ao mundo das imagens e a eliminação de barreiras comunicacionais.”

Na escola, o próprio professor pode descrever o universo imagético presente em sala de aula como ilustrações nos livros didáticos e livros de história, gráficos, mapas, vídeos, fotografias, experimentos científicos, desenhos, peças de teatro, passeios, feiras de ciências, visitas culturais, dentre outros, sem precisar de equipamentos para tal, mas ciente da importância de verbalizar aquilo que é visual, o que certamente irá contribuir para a aprendizagem de todos os alunos. (MOTTA, 2011)

Apesar disso, alguns autores vêm se ocupando com estudos e propostas para a acessibilidade dos cegos/pessoa com deficiência visual aos materiais escolares, promovendo a dinâmica entre comunicação inclusiva e ensino.

Fontana (2009, 2010a) apresenta larga pesquisa na perspectiva do ensino de língua espanhola para estudantes cegos na modalidade à distância, indicando as possibilidades da tecnologia como mediadora no ensino, a partir da perspectiva da teoria da atividade.

Guedes (2011) propõe a adoção das tecnologias assistivas como possibilitadoras de inclusão no contexto escolar, em particular

a audiodescrição, que se constitui como um serviço especializado capaz de promover a acessibilidade comunicacional de pessoas cegas e com baixa visão, além de contribuir para o acesso à informação de pessoas disléxicas ou que apresentem outros tipos de transtornos relacionados à leitura. A audiodescrição transita, pois, pelo viés da comunicação, assumindo o papel de transmissora de informações que, inicialmente, estariam disponíveis apenas no plano visual, a exemplo de imagens estáticas (tais como fotografias), cenas dinâmicas (veiculadas no cinema, TV ou teatro), além de textos e legendas impressas. (GUEDES, 2011, 3)

Desta forma, defendem ser a audiodescrição o recurso mais adequado para atender essa necessidade de pessoas com deficiência/cegas, pois acreditam que da mesma forma que em outros diversos contextos de uso do recurso de acessibilidade para empoderamento dos usuários dos conteúdos visuais, as pessoas também podem ser beneficiados com sua adoção em qualquer ambiente: “Como se tem visto nos muitos exemplos de sucesso alcançados pela aplicação da técnica de tradução visual em outras mídias, a audiodescrição trará, ao espaço escolar, significativa contribuição para a comunicação dos alunos com e sem deficiência.” (VIERA; LIMA, 2010, 6).

Com isso, foi possível perceber que das tecnologias assistivas utilizadas nos núcleos, a audiodescrição é o que tem maior predominância nos materiais produzidos por eles, pois garante em relação à pessoa com deficiência visual/cego uma maior autonomia e visualização de significados. Diante disso, como principais participantes ativos desse processo, questionamos as pessoas com deficiência visual/cegos como a tecnologia assistiva vinculada aos processos comunicacionais garantiam avanços para ele em relação ao seu contexto social. Temos os seguintes depoimentos:

Eu amo o trabalho que os meninos do APOEMA fazem, porque eu me senti mais parte da sociedade. Antigamente, eu era muito excluído, sempre minha mãe tinha que tá comigo pra cima e pra baixo, porque ela tinha medo que eu não soubesse das coisas, ou que alguém fizesse mal pra mim. Mas quando, eu tive acesso à primeira obra deles, e eu consegui assimilar tudo, sem problemas de interpretação, eu percebi que eu podia ser igual às outras pessoas, e minha mãe não precisaria mais ler pra mim nada, porque era só eu pedir ajuda do pessoal do Biblioteca Braille que eles traduziam pra mim. Até os conteúdos do vestibular, tá tudo traduzido, bonitinho. [Entrevistado 3]

Eu não sabia que existia esse pessoal aqui em Manaus [...] Eu nem saía de casa, na verdade, terminei o ensino médio porque meus professores me passaram, eu acho, porque até hoje, eu não entendo aquele negócio de bhaskara e nem aquele negocio de história, coisa chata ter que estudar a vida dos outros, e a professora passava uns vídeos só com imagens na aula de história e eu não entendia era nada, só um amigo, meu que me ajudava, às vezes, quando ele tinha pena de mim. Mas esse meu amigo, me chamou pra ir em uma palestra uma vez da Biblioteca Braille, e lá me deram um fone, e tudo era descrito igualzinho, e depois o homem falou que eles faziam materiais para cego de graça, e eu pedi um pra mim, e não era justamente de história (risos), mas o engraçado é que eu entendi tudinho, lembro até hoje. [Entrevistado 4]

Eu gostei dos materiais deles, porque eu não precisava mais pedir para as pessoas me ajudarem, me senti mais incluído na sociedade, antes de eu saber desses núcleos eu passava o dia sentado em uma cadeira ouvindo as coisas na TV de casa, hoje, eu já vou nas palestras deles e já pego sempre que posso um livro pra mim. A audiodescrição é maravilhosa, me ajuda a me manter focado e não me deixa me deixar igual uma mosca que não entende nada, só porque eu não posso ver. Eu não posso ver, mas eu posso estudar igual às outras pessoas também. [Entrevistado 5]

Diante dos depoimentos percebemos que a partir do conhecimento desse contexto de abertura e inclusão. Elias em seus estudos para analisar o indivíduo e a sociedade, rompe com a ideia de que um existe sem o outro. Defende que, no atual contexto social e histórico, marcado por uma imagem da pessoa individualizada, autônoma, um eu enclausurado existindo independentemente dos outros, o sujeito interioriza essas imagens e significa sua vida como desconectada de um contexto social mais amplo e os sentidos que o constituem são percebidos como uma produção do mundo íntimo (ELIAS, 2000, p.63).

Dessa forma, é percebido que as tecnologias assistivas procuram quebrar esse paradigma de exclusão, favorecendo uma percepção mais objetiva das pessoas com deficiência visual/cegas.

Nesse sentido, o diferencial nos recursos de acessibilidade executado pelo APOEMA/IFAM, está no fato de apresentar em um único artefato de mídia ou como próprio coordenador diz, “tudo junto e misturado”, no caso o DVD, as obras didáticas em áudio, audiodescrição e Libras. O coordenador explica que geralmente as obras vem em áudio, o que conhecemos como “Livro Falado” ou “Áudio-livro”, o que facilita o acesso das pessoas cegas. Outros produtos apresentam a audiodescrição, processo de descrição das imagens, gravuras, desenhos, figuras, mas são raríssimas as opções. Poucos são aqueles que vêm em Libras, com o vídeo reproduzindo a obra para surdos que não leem em português.

O coordenador enfatiza que das tecnologias assistivas mais utilizadas que há mais retornos positivos para pessoas com deficiência visual, são a audiodescrição e o áudio, pois a própria audiodescrição e um *plus* a mais (...) dessa forma é utilizado, o imaginário para que o cego/pessoa com deficiência visual monte suas perspectivas por meio de suas vivências, o próprio cenário para o que se está sendo audiodescrito. A tecnologia assistiva favorece essa população, como enfatizado nos próximos depoimentos:

Tecnologia migrou para um avanço singular para as pessoas com deficiência também, é isso que oportuniza a elas o pleno desenvolvimento de suas habilidades em temas de comunicação. A pessoa cega, por exemplo, pode interagir com outras comunidades no mundo inteiro, através dos programas com recursos de voz, “facilitação desse processo”. Somos, pioneiros e inovadores, nesses

processos. A lei garante o pleno desenvolvimento para as pessoas com deficiência nas escolas, no entanto, não há acessibilidade pedagógica. Dessa forma, o nosso material assistivo, promove para essa pessoa com deficiência o desenvolvimento na escola, de uma comunicação efetiva, com o maior autonomia e empoderamento. [Coordenador do APOEMA]

É muito bom ter políticas de inclusão, com respeito, e cidadania para promover uma autonomia para essas pessoas. [Coordenador da Biblioteca Braille]

Eu nem sabia que essas coisas que eles faziam era chamada de tecnologia assistiva. Mas se é, eu gosto de Tecnologia assistiva, porque eu sempre quis entrar na faculdade, mas nenhum material era feito pra pessoas como eu. Como que eu estudar, se eu não conseguia ler!? Algumas coisas tinham em Braille, mas dá preguiça ler em Braille, é quase uma Bíblia (risos), aí eu vi que tinha audiodescrição, e que esse pessoal podia fazer pra mim, aí era só felicidade, estudei quase tudo. Não passei na faculdade, mas eu sei que ano que vem vou passar, porque tá tudo mais fácil de entender agora. A comunicação tá melhor. [Entrevistado 1]

Como vimos no segundo capítulo à legislação brasileira garante a inclusão escolar das pessoas com deficiência no sistema regular de ensino e indica a necessidade de adaptação das escolas para esse atendimento inclusivo. Às pessoas com deficiência é garantida a acessibilidade aos meios de comunicação e informação também por meio da Convenção nº 6.949, em 25 de agosto de 2009.

Sabemos que todo e qualquer ambiente precisa de forma apropriada adaptada para a pessoa com deficiência, ou seja, oferecer as condições necessárias para que ela tenha o pleno desenvolvimento, isso gera uma relação de dependência entre a ambiente e a própria pessoa com deficiência, de uma forma ruim, mas de forma que possa fazer valer as alternativas da promoção da acessibilidade, fenômeno esse que a tecnologia assistiva promovida pelos núcleos está oferecendo.

Para isso, sabemos que em nossas sociedades complexas, as relações se tornam complexas em função das interdependências entre os indivíduos, pois cada um faz parte de uma multiplicidade de pessoas que dependem umas das outras, ligadas por laços de trabalho e afetos, nesse caso, uma relação de inclusão e acessibilidade, que acabam estabelecendo as relações entre elas.

Se o objetivo desse trabalho é verificar como está acontecendo o processo de comunicação inclusiva de pessoas deficientes visual/cegas, é possível também pensar na interdependência citada por Elias. Cada pessoa, seja ela deficiente ou não, está ligada a outra pessoa constituindo com ela figurações sociais. Dessas interdependências “[...] surge uma ordem sui generis, uma ordem mais irresistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõe” (ELIAS, 1994, p.194). Com isso, os depoimentos a seguir mostram como ocorre essas técnicas na prática:

Nós estamos viajando o Brasil todo dando cursos sobre tecnologia assistiva e explicando a importância de práticas como essa para pessoas com deficiência, mas só alguns lugares que fomos realmente estão se esforçando para fazer algo, e isso porque a legislação obrigada. Fico extremamente feliz quando os cegos nos procuram com o interesse em nossas obras, cara, é tudo gratuito e pra eles. Vejo ex-alunos tão bem em suas faculdades ou no seu trabalho, porque passaram por aqui pela gente, e usaram nosso materiais. [...] Os cegos tem preferência mais a audiodescrição, apesar de oferecemos obras em braile e em audio somente, mas só saber que estamos promovendo uma vida mais independente para eles, oferecendo uma comunicação mais eficiente, já me deixa muito feliz, sério. [Coordenador APOEMA]

O que eu posso te falar é que o que eu mais fico chateado e acho uma barreira enorme, que as pessoas acham lindo o nosso trabalho, mas há uma pouca equipe de voluntários e pouca equipe de profissionais efetivos, então nosso processo com as obras na maioria das vezes é bem devagar, apesar do nosso grande acervo de livros falados e livros em audiodescrição. Mas mesmo assim temos uma gratificação muito grande em ver os cegos elogiando nosso trabalho e estando mais próximos dos seus objetivos devido ao nossos materiais com tecnologia assistiva, e audiodescrição é a preferida dos cegos, eles se sentem mais mais confortáveis e menos excluídos. Desafio de se promover uma dinâmica de equipamentos com tecnologia assistiva para pessoas cegas é a própria oportunidade dessas pessoas, ou seja, chegar a um número maior de pessoas, eu diria começar essa dinâmica, a partir da escola. Às vezes o preço é auto de uma tecnologia assistiva, a intenção é tornar esse preço mais acessível [Coordenador Biblioteca Braile]

Essa fragmentação é pela falta de equipamentos ou recursos técnicos para a adaptação, além do aspecto de recursos humanos reduzidos e caros. No caso em tela, o APOEMA/IFAM já está há alguns anos desenvolvendo

materiais adaptados, o que proporcionou experiência no ato de fazer e encontrar soluções de baixo custo, tendo já em seu portfólio, vários produtos finalizados. De fato, os materiais servem ou servirão de referências para que os profissionais da educação, ou ainda de diferentes áreas, que precisam interagir com alguém com deficiência, possam adaptar ou construir materiais acessíveis.

É possível identificar um conjunto de ações desenvolvidas pelo APOEMA/IFAM, como procedimentos necessários no encaminhamento de suas atividades, em outras palavras, foi definido um protocolo de ações, com as estratégias para a materialização dos objetivos delineados. Para isso, a equipe gestora do núcleo traçou o seguinte caminho, segundo Pacheco (2017):

A fase Inicial constitui-se pela caracterização do produto a ser adaptado, que visa desenvolver um estudo significativo que possa levantar os problemas e oportunidades a serem equacionados, e sinalizar a viabilidade técnica e educacional do material didático. De posse das informações básicas necessárias, são definidas as etapas posteriores, que relacionamos a seguir:

Fase 1 – Concepção: caracteriza a arquitetura da solução escolhida, agregando informações detalhadas sobre o conceito/modelo e demais fatores envolvidos, viabilizando uma decisão de continuidade e descobrindo o conceito de solução até o nível que possa ser materializado/operacionalizado. Assim foi elaborado um tutorial de como realizar adaptações de materiais didáticos acessíveis, contendo as técnicas de inclusão de recursos em acessibilidade em áudio, audiodescrição e tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (vídeo);

Fase 2 – Desenvolvimento: tem como objetivo buscar soluções no menor tempo e custo possível, viabilizando sua operacionalidade e o atendimento aos requisitos técnicos para inserção dos recursos de acessibilidade nos materiais didáticos produzidos pelo APOEMA/IFAM. O resultado é a apresentação da obra impressa e um apêndice (DVD) com a mídia em áudio, audiodescrição e Libras. Ou seja, em um único objeto, as pessoas com deficiência poderão ouvir, ter a imagem descrita e a Língua Brasileira de Sinais (em vídeo), bem como a legenda ou texto. Estes materiais se apresentam como referência para que os profissionais da educação, ou ainda de diferentes áreas profissionais, que precisam interagir com alguém com deficiência, possam adaptar ou construir materiais acessíveis;

Fase Final - visa à distribuição das obras didáticas acessíveis, à Rede Federal de Ensino, à Secretaria de Educação Estadual do Amazonas (SEDUC AM), à Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED), bem como a doação de alguns exemplares dos produtos finais à ONGs, Representações de Pessoas com Deficiência, situadas no Município de Manaus-AM, ou ainda, ao público alvo dessa iniciativa, pois sabe-se muito bem que a escassez de recursos de didáticos adaptados se mostra como item impeditivo para o acesso, participação e permanência do educando com deficiência na escola.

Ainda há uma dinâmica cultural inclusiva que precisa se vencida, como diz os próximos depoimentos:

Bem, esse termo comunicação inclusiva é bem novo pra mim, apesar da minha trajetória acadêmica. Mas eu digo com toda certeza que se não fosse à tecnologia assistiva eu nem teria chegado até aqui, pois tudo é muito difícil pra quem não consegue enxergar como as outras pessoas. Eu hoje em dia, eu tenho uma vida totalmente autônoma, tudo porque existem tecnologias, não só livros, mas também como todo o tipo de material do cotidiano. A questão do estigma não faz parte mais da minha vivência como ser humano. [Entrevisto 2]

Esses núcleos são fundamentais para as pessoas cegas, pois enaltecem a cultura da inclusão, e isso é fundamental na sociedade que vivemos, pois algumas pessoas ainda nos enxergam como inválidos e isso não bom para o nosso desenvolvimento pessoal. [Entrevistado 2]

O que eu acho que deveria melhorar era que deveriam ter mais lugares assim, porque eu só vejo as pessoas falando que tem que incluir a gente, mas não vejo nada que seja igual a esses núcleos, então assim fica difícil. [Entrevistado 2]

A nossa realidade na construção dos materiais não é difícil, na verdade tudo que fazemos pode ser feita por qualquer pessoa, basta ter iniciativa e sensibilidade, mas isso, as pessoas tanto os docentes quanto os demais núcleos de tecnologia não tem, infelizmente [...] É necessário uma demanda para a confecção do material, se não houver, fazemos a acessibilidade comunicacional com material regional das instituições de ensino. [Coordenador Biblioteca Braille]

Os depoimentos relatam que há uma necessidade de se construir um potencial mais abrangente de práticas como essa, mas os desafios são muitos, no entanto, existem mais barreiras atitudinais do que de fato a materialização do processo, sabemos que podemos fortalecer essas práticas, e assim,

concatenar saberes o que garante uma plena comunicação inclusiva para essas pessoas com deficiência.

Dessa forma, a Biblioteca Braille intensifica suas atividades e expande para outros demais espaços políticas de inclusão e a comunicação inclusiva para o melhoramento e fortalecimento da autonomia dessa pessoa com deficiência visual/cega.

Há conjunto de ações desenvolvidas como procedimentos necessários no encaminhamento de suas atividades para que haja a comunicação inclusiva, com as estratégias para a materialização dos resultados final dos livros e para a otimização eficaz do processo comunicação para as pessoas com deficiência visual/cega. Para que isso ocorra, foram classificadas etapas para seres seguidas:

Etapa 1 – Materialização da obra: Onde é verificado o tipo de material que chegou em mãos para a biblioteca braille e de que forma ele será reproduzido para as pessoas com deficiência visual.

Etapa 2 – Procedimentos para a reprodução – Quantidade de materiais, profissionais envolvidos e quais tecnologias assistivas serão necessárias (tinta braille, audiodescrição, audio, etc)

Etapa Final – Entrega do material às pessoas com deficiência visual devidamente destinadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da pesquisa percebemos que uma técnica de comunicação inclusiva não é suficiente para desenvolver a comunicação da pessoa com deficiência visual/cego, pois necessita de um acompanhamento diferenciado dos procedimentos do planejamento da implementação da técnica. Precisa também de um apoio mais amplo como pedagógico, familiar, auxílio de uma equipe multidisciplinar, do governo, enfim da sociedade em geral. Para os núcleos desenvolverem as chamadas tecnologias assistivas e promovorem de forma eficiente a comunicação inclusiva.

Nesse sentido, a contribuição da Tecnologia Assistiva transpassa o mero “fazer tarefas”, pois atua possibilitando a pessoa com deficiência ‘ser’ e atuar de forma construtiva, o que favorece o seu desenvolvimento. Nessa perspectiva, visualizamos a possibilidade do encontro da tecnologia com a comunicação, pois numa visão holística, uma complementa a outra, já que favorece, de forma muito singular, o desenvolvimento de conhecimentos necessários à comunicação inclusiva.

Desta forma, a comunicação inclusiva, foca em estratégias voltada para minimizarem as barreiras de comunicação. Dentre as estratégias sobressaem recomendações de garantir formações permanentes a todos os profissionais envolvidos no processo.

Nesse sentido, a Tecnologia Assistiva é fundamental no desenvolvimento desse indivíduo, por meio dos recursos tecnológicos e das possibilidades que se abrem no tocante a vivência do mundo que a cerca, minimizando a barreira motora, a interação, aprendizagem e de habilidade.

Ao longo dessa dissertação foi possível vislumbrar nos documentos nacionais analisados a presença de indicações referentes à utilização de recursos de Tecnologia Assistiva na comunicação e sua real importância. As menções a esse respeito nos documentos estudados são feitas relacionando a utilização desses recursos e serviços em sala de aula e na vida profissional, bem como no convívio em sociedade, fortalecendo a autonomia e respeitando a especificidades da pessoa com deficiência.

Cabe ressaltar que inúmeros estudos na área da TA tem demonstrado a importância da utilização de seus recursos e serviços com o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência, podendo inclusive marcar a diferença entre o aluno poder e não poder participar e aprender junto com seus pares.

Portanto, embora reconhecendo os inúmeros desafios que se impõem a esse processo, acreditamos e defendemos a construção núcleos com a segmentação de materiais inclusivos, informação para todos, sem discriminação de qualquer natureza. Uma comunicação que disponibilize os apoios necessários às demandas das pessoas com deficiência visual/cego, como os recursos e serviços de Tecnologia Assistiva, que como vimos são preconizado nas políticas específicas sobre os direitos das pessoas no Brasil.

A pessoa com Deficiência visual ou cega são sujeitos capazes de compreender e participar da sociedade, pois, por meio de condições necessárias e adequadas, este ator social tem total condição de se desenvolver intelectualmente, socialmente e em todas as áreas de sua vida. A comunicação deve propiciar um ambiente que vá de encontro às necessidades deste ator.

Por meio dessa pesquisa percebemos que as entrevistas com os coordenadores destacaram valores singulares no seu processo de inserção da tecnologia assistiva, bem como, garantia dos seus direitos aos conteúdos expostos a sociedade, uma comunicação igualitária e um processo de reconhecimento da pessoa com deficiência “dela para ela mesma” e da “sociedade para ela”, desmistificado a questão do estigma proporcionando um otimização no em seu empoderamento e identidade social.

A pesquisa com envolveu uma dinâmica dialógica, na qual os entrevistados relataram vivência enquanto atores do processo de comunicação inclusiva, exercitando um processo cognitivo, afetivo e reflexivo acerca de sua própria experiência nos diferentes contextos socioculturais.

O protagonismo desses entrevistados constituiu o corpus desta dissertação, e “suas vozes” ecoam na tessitura da escrita deste texto, transformando suas vivências em produção de conhecimento, mediante um movimento sensível do “olhar”, da “escuta”, ao mesmo tempo, com o zelo e o rigor metodológico exigido no estudo científico

Diante dessa experiência de pesquisa, podemos sinalizar que o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCL) colaborou para a condução do instrumento de coleta de dados adotado, em razão do acesso dos entrevistados às informações da pesquisa (título, objetivos, finalidade etc.). Esse fator atribuímos à própria trajetória e ao nível de formação dos participantes.

Outrossim, pontuamos que a realização da entrevista e a transcrição imediata são um procedimento que ajuda o entrevistador a corrigir e a perceber o crescimento de sua escuta, pois exige muita disciplina, como, por exemplo, de ajuste de condução da entrevista, inferindo uma questão em que o entrevistado não havia relatado. Durante a entrevista, o registro de palavras-chave contribuiu para andamento desta, pois no momento em que o estudante parava e pedia uma pergunta, retornava a entrevista solicitando esclarecimento ou aprofundamento a partir de seu relato.

A investigação materializou-se a partir da escuta sensível das “vozes” das pessoas com deficiência visual/visual que relataram vivência. Pela transcrição das gravações, ficou explícito seus sentimentos, emoções, percepções, limitações, dificuldades, sofrimentos, orgulhos, motivações e resistências em todo esse processo.

Os relatos dos entrevistados também destacam as mudanças de atitudes como um processo fundamental, pois inclusão não implica apenas em romper as barreiras ambientais, não basta apenas a sociedade oferecer técnicas, é necessário romper uma barreira atitudinal, onde o homem se torna o verdadeiro contribuinte do processo de comunicação inclusiva.

6. REFERÊNCIAS

ABID, José Antônio Damásio. **Epistemologia pluralizada e história da psicologia**. Scientia Studia, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 195 - 2008, 2009.

AMARAL, Lígia Assumpção. **Conhecendo a deficiência** (em companhia de Hércules). São Paulo: Robe editorial, 1995.

ANDRADE, Alysso Assunção. **A política de reconhecimento em Charles Taylor**. Belo Horizonte: FAJE, 2013.

ANTUNES, Katiúscia Cristina Vargas. **História de Vida de alunos com deficiência intelectual: percurso escolar e a constituição do sujeito**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ARAÚJO, Luiz Alberto David. A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência. 3. ed. Brasília: CORDE, 2003. BRASIL. ade. In: ARAÚJO, Luiz Alberto David (Coord.). **Defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência**. São Paulo: RT, 2006. p. 09-29

BARNES, Colin. A Legacy of Oppression: A History of Disability in Western Culture. In: BARON, Len; OLIVER, Mike (Orgs.). **Disability Studies: Past Present and Future**. The Disability Press, 1997. Disponível em: <<https://disability-studies.leeds.ac.uk/wp-content/uploads/sites/40/library/Barnes-chap1.pdf>>. Acesso em: 22 de maio de 2019.

BARTON, Len. Estudios sobre discapacidad y la búsqueda de la inclusividad. Observaciones. **Revista de Educación**, n. 349, p. 137-152, Mayo/agost. 2009. Disponível em: < http://www.revistaeducacion.mec.es/re349/re349_07.pdf>. Acesso em: 21 de maio de 2019.

BENJAMIN, W. Reflexões: A criança, o brinquedo, a educação (M. V. Mazzari, Trad.). São Paulo: Summus. (Original publicado em 1974). 1984

BERSCH, R. **Introdução a tecnologia assistiva**. 2006. Disponível em: <http://www.assistiva.com.br/Introducao%20TA%20Rita%20Bersch.pdf>>.

Acesso em: 11 de maio de 2019.

BIANCHETTI, Lucídio. **Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes**. In: BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Maria

(Orgs.). *Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania*. Campinas, SP: Papirus, p. 21-51, 1998.

BRASIL, MEC. **Programa de Capacitação de recursos humanos do ensino fundamental: deficiência visual**. Vol.1. Brasília: Secretaria da Educação Especial, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 44ª ed. atual. eampl. São Paulo: Saraiva, 2010.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília/DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto 5296, de 02 de dezembro de 2004**. In: Brasil, Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Acessibilidade.- Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009a. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. In http://portal.mec.gov.br/par/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13020-legislacao-de-educacao-especial._>. Acesso em: 09 de maio de 2019.

BRASIL. In <https://inclusaoja.com.br/legislacao/>>. Acesso em: 19 de maio de 2019.

BRASIL. **Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência** - Comitê de Ajudas Técnicas. Tecnologia Assistiva. Brasília : CORDE, 2009.

BRASIL. In <http://portal.mec.gov.br/par/legislacao>. >. Acesso em: 21 de maio de 2019.

BRASIL. In <http://vigiar.blogspot.com.br/2013/06/voce-sabia-o-que-e-lei-decreto-norma-e.html>>. Acesso em: 21 de maio de 2019.

BUENO, J. G. S. **Políticas de escolarização de alunos com deficiência**. In: MELETTI, S. M. F.; BUENO, J. G. S. Políticas públicas, escolarização de alunos com deficiência e a pesquisa educacional. Araraquara: Junqueira & Marin, 2015.

CARNEIRO, Maria Sylvania Cardoso. **Deficiência Mental como produção social**: uma discussão a partir de histórias de vida de adultos com Síndrome de

DOWN. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva**: a reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Mediação, 2008.

CASTANHEIRA, Andréa de Oliveira. **Deixa que eu falo**: a inclusão sob a ótica do estudante com deficiência intelectual. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CASTEL, Robert. **As armadilhas da exclusão**. In: CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela (Orgs.). Desigualdade e a questão social. São Paulo: EDUC, p. 15-48, 1997.

CAVALCANTE, T. C. F.; FERREIRA, S. P. A. **Impedimentos cognitivos e a acessibilidade comunicacional na escola**: contribuições da teoria de Vygotsky. Revista Ciências & Cognição. Vol. 16. 31 de dezembro de 2011.

CERVO, Amado Luiz. BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHIZZOTTI, Antônio. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**: Evolução e Desafios. Portugal: Revista Portuguesa de Educação. Vol. 16, n. 002. Braga: Universidade do Minho, 2003.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

DANTAS, Taísa Caldas. **Estudo da autoadvocacia e do empoderamento de pessoas com deficiência no Brasil e no Canadá**. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2014.

DEFICIÊNCIA. In https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc12-78.htm. >. Acesso em: 21 de maio de 2019.

DUSCHATZKY, Silvia; SKLIAR, Carlos. O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Orgs.) **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, p. 119-138, 2001.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FONTANA, Marcus Vinícius Liessem; NUNES, Elton Luiz Vergara. **Audioteca Virtual de Letras**: tecnologia para inclusão. RENOTE. Revista Novas Tecnologias na Educação, v. 3, n. 2, p. 30, 2005.

GAGLIANO, Pablo S. **É o fim da Interdição?** Disponível em <http://flaviotartuce.jusbrasil.com.br/artigos/304255875/e-o-fim-da-interdicao-artigo-de-pablo-stolze-gagliano.>>. Acesso em: 26 de maio de 2019.

GALVÃO FILHO, T. A. A construção do conceito de Tecnologia Assistiva: alguns novos interrogantes e desafios. In: **Revista da FAGED - Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade**, Salvador: Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia - FAGED/UFBA, v. 2, n. 1, p. 25-42, jan./jun. 2009.

GENTILI, Pablo. **A exclusão e a escola**: o apartheid educacional como política de ocultação; In: GENTILI, Pablo; ALENCAR, Chico. Educar na esperança em tempos de desencanto: com um epílogo do subcomandante Marcos sobre as crianças Zapatistas. Petrópolis: Vozes, pp. 11- 43, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos; LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. **Fundamentos metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GLAT, Rosana. **“Somos iguais a vocês”**: depoimento de mulheres com deficiência. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009a.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

GOMES, Maria Helena; CAMPOS, Alzira Lobo. **Identidade e inclusão das pessoas com deficiência no Brasil**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. V. 7, n. 14, dez. 2015.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Sujeito e Subjetividade**: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

GUEDES, Lívia Couto. **Os usos pedagógicos da audiodescrição**: uma tecnologia assistiva a serviço da inclusão social. Revista Nacional de Tecnologia Assistiva, Abril/2011, 6ª edição. , acesso em: 23 abril. 2019.

IFAM. **Relatório Final de Cumprimento de Objeto do Núcleo de Tecnologia Assistiva do IFAM (APOEMA/ IFAM) - Ação 2012-2014**. Manaus, 2014.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Deficiência múltipla e educação no Brasil**: discurso, silêncio na história de sujeitos. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

LANCILLOTI, Samira Saad Pulchério. **Deficiência e Trabalho**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

MANZINI, José Eduardo; CORRÊA, Priscila Moreira. **Avaliação de acessibilidade na Educação Infantil e Ensino Superior**. São Carlos: ABPEE, 2014.

MARTINS, Bruno Sena. Deficiência e modernidade: da naturalização à insurgência. In: MARTINS, Bruno Sena; FONTES, Fernando (Orgs.). **Deficiência e emancipação social**: para uma crise da normalidade. Coimbra: Almedina, 2016.

MARTINS, José Alves. **Aspectos da experiência da deficiência física**: uma abordagem socioantropológica. Cuiabá: UFMT, 2009.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2003.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MOTTA, Livia Maria Villela de Mello. **Inclusão escolar e audiodescrição:** orientações aos educadores. Disponível em , acesso em 23 maio 2019.

NUNES, L. R. O. P. **Linguagem e comunicação alternativa:** uma introdução. In: NUNES, L. R. O. (Org.). Favorecendo o desenvolvimento da comunicação em crianças e jovens com necessidades educacionais especiais. Rio de Janeiro: Dunya, 2003a. p. 1-13.

OMOTE, Sadao. **Estigma no tempo de exclusão.** In: Revista Brasileira de Educação Especial. Marília, v.10, n.3, p. 287-308, set/dez. 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE [OMS]. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionadas à Saúde - Décima Revisão.** 10. rev. São Paulo: EDUSP, 2012.

PACHECO, D. de S. **Políticas públicas e a visibilidade das pessoas com deficiência:** estudo de caso do projeto Curupira. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas, UFAM, Manaus, 2014.

PACHECO, Dalmir. **Trabalho, educação e tecnologia.** Manaus: Oriente, 2008.

PERREIRA, D. S. **Violência contra LGBT'S em Manaus e agências da resistência e do enfrentamento:** estudo de uma disputa territorial assimétrica dos campos da moral e do direito. UFAM, 2016.

Piaget, J. **O nascimento da inteligência na criança.** Rio de Janeiro, Zahar. 1975.

Piaget, J. **A formação do símbolo na criança.** Zahar Editores, Rio de Janeiro. 1951.

PICCOLO, Gustavo Martins; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Para além do natural: contribuições sociológicas a um pensar sobre a deficiência.** In: MENDES, Enicéia Gonçalves, ALMEIDA, Maria Amélia. A pesquisa sobre inclusão escolar em suas múltiplas dimensões: teoria, política e formação (Orgs.). Marília: ABPEE, p. 53-90, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo:Feevale, 2013.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais.** Lisboa: Gradiva, 1995.

REIS, Joab Grana. **O surdo e o mercado de trabalho na cidade de Manaus**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2006.

Relatório mundial sobre a deficiência /World Health Organization,The World Bank ; tradução **Lexicus Serviços Lingüísticos**. São Paulo: SEDPcD, 2012.

ROSSETTO, Elisabeth. **Sujeito com deficiência no Ensino Superior: vozes e significados**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2009.

SANTAROSA, L. M. C. **Cooperação na web entre PNEE: construindo conhecimento no núcleo de informática na educação especial da UFRGS**. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 3., 2002, Fortaleza. Anais... Fortaleza: SEESP/MEC, 2002. p. 64-79.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Vanessa Sardinha dos. "03 de Dezembro — Dia Internacional das Pessoas com Deficiência". **Brasil Escola**. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/datas-comemorativas/dia-internacional-do-deficiente-fisico.htm>>. Acesso em: 21 de maio de 2019.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Constrindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997. 176.p.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão Social**. I Seminário de Políticas Públicas do Município de Limeira. SP, Limeira, 24 de setembro de 2003.

SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3.ed. ver. Atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2004.

TAYLOR, Charles (org). **A Política de Reconhecimento**. In: _____. Multiculturalismo. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA Paulo André de Melo, LIMA, Francisco José de. **A teoria na prática: áudio-descrição, uma inovação no material didático**. Disponível em: , acesso em: 15 abr. 2019.

VON TETZCHNER; MARTINSEN. **Words and strategies**: communication with young children who use aided language. In: VON TETZCHNER, S.; JENSEN, M. H. (Ed.). *Augmentative and alternative communication: European perspectives*. London: Whurr, 1996. p. 65-88.

VYGOSTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. Martins Fontes - São Paulo. 5ª edição, 1994.

WATSON, Nick. **Estudos sobre a Deficiência no Brasil**: Reflexões sobre o Simpósio Internacional e Perspectivas para o Futuro. In: I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA”, São Paulo, jun., 2013. Disponível em: <http://diversitas.fflch.usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/Artigo_Traduzido.pdf>. Acesso em: 23 de maio de 2019.

7. APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Aos coordenadores dos núcleos)

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa **A tecnologia assistiva - técnica de comunicação no processo de reconhecimento de cegos em Manaus**, sob a responsabilidade da pesquisadora **Tássia Patricia Silva do Nascimento** a qual pretende Explicitar como são empregadas as tecnologias assistivas para pessoas com deficiência visual/cegos nos núcleos, APOEMA e Biblioteca Braille na cidade de Manaus –AM.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista. Quanto aos riscos aos participantes da pesquisa incluía exposição da sua imagem através de fotografias retiradas no momento da entrevista, a exposição de suas informações pessoais, visto que terá sua identidade revelada e a divulgação dos dados, fatos e esclarecimentos obtidos através da entrevista. Este termo servirá para lhe explicar o que estou fazendo e sua importância para esta pesquisa criando um ambiente amistoso para nossa conversa. Se você aceitar participar, estará contribuindo para a afirmação da comunicação de deficientes visuais/cegos tendo como propulsor desse conhecimento o uso das tecnologias assistivas, ajudará por meios de suas respostas e opiniões sensibilizar docentes, acadêmicos e população em geral, bem como seus praticantes no uso da tecnologia assistiva em quanto técnica da otimização da comunicação.

Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados e sua identidade será divulgada. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o orientador desta pesquisa o Professor Doutor Professor Doutor **Gláucio Campos de Matos** na Faculdade de Educação Física e Fisioterapia – FEFF - Setor Sul–MiniCampus da Universidade Federal do Amazonas – UFAM no endereço Av. Gal. Rodrigo Octávio, 3000 – Coroado I, CEP 69077-000, pelo telefone (92) 3305-4091 ou pelo e-mail glauciocampos@bol.com.br ou ainda poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-5130.

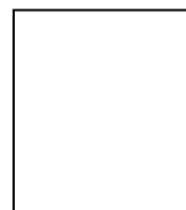
Consentimento Pós–Informação

Eu, _____, fui informado sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

_____ Data: ___/___/___

_____ Assinatura do participante

_____ Assinatura da Pesquisadora Responsável



Impressão do dedo polegar
Caso não saiba assinar



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Às pessoas com deficiência visual/cegos)

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa **A tecnologia assistiva - técnica de comunicação no processo de reconhecimento de cegos em Manaus**, sob a responsabilidade da pesquisadora **Tássia Patricia Silva do Nascimento** a qual pretende Explicitar como são empregadas as tecnologias assistivas para pessoas com deficiência visual/cegos nos núcleos, APOEMA e Biblioteca Braille na cidade de Manaus –AM.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista. Quanto aos riscos aos participantes da pesquisa incluía exposição da sua imagem através de fotografias retiradas no momento da entrevista, a exposição de suas informações pessoais, visto que terá sua identidade revelada e a divulgação dos dados, fatos e esclarecimentos obtidos através da entrevista. Este termo servirá para lhe explicar o que estou fazendo e sua importância para esta pesquisa criando um ambiente amistoso para nossa conversa. Se você aceitar participar, estará contribuindo para a afirmação da comunicação de deficientes visuais/cegos tendo como propulsor desse conhecimento o uso das tecnologias assistivas, ajudará por meios de suas respostas e opiniões sensibilizar docentes, acadêmicos e população em geral, bem como seus praticantes no uso da tecnologia assistiva em quanto técnica da otimização da comunicação.

Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados e sua identidade será divulgada. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o orientador desta pesquisa o Professor Doutor Professor Doutor **Gláucio Campos de Matos** na Faculdade de Educação Física e Fisioterapia – FEF - Setor Sul–MiniCampus da Universidade Federal do Amazonas – UFAM no endereço Av. Gal. Rodrigo Octávio, 3000 – Coroado I, CEP 69077-000, pelo telefone (92) 3305-4091 ou pelo e-mail glauciocampos@bol.com.br ou ainda poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-5130.

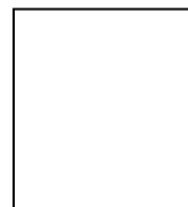
Consentimento Pós–Informação

Eu, _____, fui informado sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

_____ Data: ___/___/___

Assinatura do participante

Assinatura da Pesquisadora Responsável



Impressão do dedo polegar
Caso não saiba assinar



PESQUISA: A tecnologia assistiva como técnica de comunicação no processo de reconhecimento de cegos em Manaus

ROTEIRO DE ENTREVISTA (Coordenadores dos núcleos)

ROTEIRO DE ENTREVISTA	
Entrevistado:	
Local:	
Data da entrevista: / /	
Instrumentos utilizados: () Máquina fotográfica () Filmadora () Gravador de Voz	
PERGUNTAS:	
1. O que você entende sobre tecnologia assistiva?	
2. Como você explica o processo de comunicação inclusiva para cegos?	
3. Quais os desafios são encontrados na comunicação para cegos no atual contexto da região?	
4. Atualmente, quais são as técnicas utilizadas para a comunicação para cegos? Explique.	
5. Quais as contribuições da tecnologia (em geral) para o processo de comunicação para cegos?	
6. Quais os pontos relevantes da tecnologia assistiva para o processo a comunicação em geral para as pessoas com deficiência? Exemplifique.	
7. Das tecnologias assistivas utilizadas, qual é aquela que traz mais otimização para o processo de comunicação?	
8. Você considera que a audiodescrição e/ou a narração fortalecem o reconhecimento social dos cegos?	
9. Descreva sua vivência enquanto participante da luta pela inclusão, em relação às tecnologias assistivas para auxiliar os cegos no cotidiano.	
10. Qual a sua percepção (entrevistado) sobre o modo que a tecnologia assistiva está inserida no ambiente que você convive/trabalha.	
11. Outras colocações do entrevistado:	



PESQUISA: A tecnologia assistiva como técnica de comunicação no processo de reconhecimento de cegos em Manaus

ROTEIRO DE ENTREVISTA (Pessoas com deficiência visual/cegos)

ROTEIRO DE ENTREVISTA
Entrevistado:
Local:
Data da entrevista: / /
Instrumentos utilizados: () Máquina fotográfica () Filmadora () Gravador de Voz
PERGUNTAS:
1. O que você entende sobre tecnologia assistiva?
2. Como você explica o processo de comunicação inclusiva para cegos?
3. Quais os desafios são encontrados na comunicação para cegos no atual contexto da região?
4. Atualmente, quais os avanços que você identificou com a implementação da tecnologia assistiva no seu processo comunicacional?
5. Quais as contribuições da tecnologia (em geral) para o processo de comunicação para cegos?
6. Quais os pontos relevantes da tecnologia assistiva para o processo a comunicação em geral para as pessoas com deficiência? Exemplifique.
7. Das tecnologias assistivas utilizadas, qual é aquela que traz mais otimização para o processo de comunicação?
8. Você considera que a audiodescrição e/ou a narração fortalecem o reconhecimento social dos cegos?
9. A tecnologia assistiva ajudou no seu processo de reconhecimento social?
10. Qual a sua percepção (entrevistado) sobre o modo que a tecnologia assistiva está inserida no ambiente que você convive/trabalha.
11. Outras colocações do entrevistado:

8. ANEXOS

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

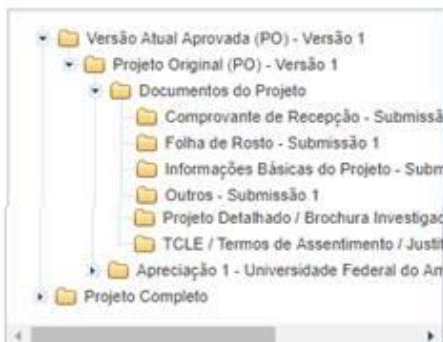
DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: SENTIR, LER E FALAR: A TECNOLOGIA ASSISTIVA NA APRENDIZAGEM DE CEGOS EM MANAUS
Pesquisador Responsável: TASSIA PATRÍCIA SILVA DO NASCIMENTO
Área Temática:
Versão: 1
CAAE: 92510318 0 0000 5020
Submetido em: 06/06/2018
Instituição Proponente: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA
Situação da Versão do Projeto: Aprovado
Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio



Comprovante de Recepção: PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_1152961

DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA



Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações
-------------------	----------	---------	----------	-------

LISTA DE APRECIÇÕES DO PROJETO

Apreciação	Pesquisador Responsável	Versão	Submissão	Modificação	Situação	Exclusiva do Centro Coord.	Ações
PO	TASSIA PATRÍCIA SILVA DO NASCIMENTO	1	06/06/2018	19/07/2018	Aprovado	Não	

HISTÓRICO DE TRÂMITES

Apreciação	Data/Hora	Tipo Trâmite	Versão	Perfil	Origem	Destino	Informações
PO	19/07/2018 10:06:36	Parecer liberado	1	Coordenador	Universidade Federal do Amazonas - UFAM	PESQUISADOR	
PO	19/07/2018 10:06:00	Parecer do colegiado emitido	1	Coordenador	Universidade Federal do Amazonas - UFAM	Universidade Federal do Amazonas - UFAM	
PO	03/07/2018 23:47:57	Parecer do relator emitido	1	Membro do CEP	Universidade Federal do Amazonas - UFAM	Universidade Federal do Amazonas - UFAM	
PO	02/07/2018 23:02:20	Aceitação de Elaboração de Relatoria	1	Membro do CEP	Universidade Federal do Amazonas - UFAM	Universidade Federal do Amazonas - UFAM	
PO	29/06/2018 12:15:42	Confirmação de Indicação de Relatoria	1	Coordenador	Universidade Federal do Amazonas - UFAM	Universidade Federal do Amazonas - UFAM	
PO	28/06/2018 17:13:18	Indicação de Relatoria	1	Coordenador	Universidade Federal do Amazonas - UFAM	Universidade Federal do Amazonas - UFAM	
PO	28/06/2018 17:12:41	Aceitação do PP	1	Coordenador	Universidade Federal do Amazonas - UFAM	Universidade Federal do Amazonas - UFAM	
PO	06/06/2018 18:53:47	Submetido para avaliação do CEP	1	Pesquisador Principal	PESQUISADOR	Universidade Federal do Amazonas - UFAM	

LEGENDA:

(*) Apreciação

PO = Projeto Original de Centro Coordenador	POp = Projeto Original de Centro Participante	POc = Projeto Original de Centro Coparticipante
E = Emenda de Centro Coordenador	Ep = Emenda de Centro Participante	Ec = Emenda de Centro Coparticipante
N = Notificação de Centro Coordenador	Np = Notificação de Centro Participante	Nc = Notificação de Centro Coparticipante



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS (IFAM)
CAMPUS MANAUS CENTRO (CMC)
NÚCLEO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA (APOEMA)

TERMO DE ANUÊNCIA

Pelo presente, o Núcleo de Tecnologia Assistiva (APOEMA), localizado nas dependências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) sediado à Av. sete de setembro, 1975 - centro, Manaus-AM coordenado pelo ~~Dr. Carlos Roberto de Souza~~, autoriza a pesquisadora **Tássia Patricia Silva do Nascimento**, aluna do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais – IFCHS, Universidade Federal do Amazonas, a realizar o projeto de pesquisa intitulado **Sentir, Ler e Falar: a tecnologia assistiva na aprendizagem de cegos em Manaus**, a ser realizado sob a orientação do professor doutor ~~Dr. Carlos Roberto de Souza~~, a partir do segundo semestre letivo de 2018.

Declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/2012 e Resolução CNS 510/2016. A instituição está ciente de sua corresponsabilidade como instituição participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos envolvidos, dispondo de infraestrutura necessária para isso.

Manaus 25 de Maio de 2018.


Assinatura e carimbo do responsável pela instituição



TERMO DE ANUÊNCIA

A Biblioteca Braille do Estado do Amazonas, através da secretaria de cultura, localizada na Av. Pedro Teixeira, 2565, Dom Pedro, Bloco C, Centro de Convenções – Sambódromo, sob a gestão de ~~Cláudia Helena de Oliveira~~ Pereira, autoriza a pesquisadora Tássia Patricia Silva do Nascimento, aluna do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais – IFCHS, Universidade Federal do Amazonas, a realizar o projeto de pesquisa intitulado *Sentir, Ler e Falar: a tecnologia assistiva na aprendizagem de cegos em Manaus*, a ser realizado sob a orientação do professor doutor ~~Dr. Cláudio Manoel de Oliveira~~, a partir do segundo semestre letivo de 2018.

Declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/2012 e Resolução CNS 510/2016. A instituição está ciente de sua corresponsabilidade como instituição participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos envolvidos, dispondo de infraestrutura necessária para isso.

Manaus, 30 de maio de 2018.



Gerente
Biblioteca Braille
Assinatura e carimbo do responsável pela instituição